



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 31-05-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Boa tarde a todos e a todas. Como membro da Comissão da Criança e Adolescente desta Casa, é com muito carinho e respeito que recebo vocês. Desculpem o contratempo da questão da água; não havia compreendido muito bem. Mas, mesmo assim, queria muito agradecer à Comandante Regiane, que é Inspetora nesta Casa. Gostaria de falar que, com o Comandante anterior, tivemos muitas dificuldades para permitir que a população adentrasse esta Casa. Todos aqui souberam do episódio em que uma professora foi agredida aqui dentro. Agora, pela primeira vez, a Comandante é uma mulher, uma Inspetora que iniciou faz uns dois meses ou um pouquinho mais. Observem agora a relação do efetivo com todos vocês. Normalmente vocês encontrariam a tropa da GCM, dentre outras coisas, o que não é necessário, até porque todos nós somos trabalhadores, e os jovens que vêm aqui sempre estão buscando ter uma organização melhor de cursos para poderem se profissionalizar e entrar no mercado de trabalho.

De fato, queria fazer esse agradecimento.

Agora, sim, declaro aberta esta audiência pública, na qual foi protocolado um requerimento de minha autoria a pedido de várias entidades cujos representantes vão compor a Mesa para fazer uma discussão sobre a questão do Cedesp, que está passando por grandes dificuldades. Não temos ainda muita clareza, só sabemos que o recurso foi cortado, mas não há abertura de diálogo para saber o que vão fazer e o que vai acontecer.

Então, por conta disso, achamos que a Câmara Municipal, por meio desta Comissão, poderia fazer esse diálogo, chamando os respectivos Secretários aqui.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela Câmara Municipal de São Paulo, através do site www.saopaulo.sp.leg.br. Inclusive peço para todos curtirem e compartilharem nas nossas redes, porque acho importante darmos a notícia das coisas que têm acontecido.

Agora, vamos à composição da Mesa com aqueles que foram convidados a esta audiência pública. Aproveito para justificar a ausência da Vereadora Soninha, presidente da

Comissão, que avisou que já tinha marcado outro compromisso, inadiável. No entanto, os demais Vereadores da Comissão acharam importante e por bem manter a data e, no decorrer desta audiência, eles vão aparecer para compor a Mesa, que também vai ser composta pelos jovens que vão falar do Cedesp; pelo FAS, com representação da Regina; pelo Comas, com representação do Natanael; pelo Geraldo; pelo GT do Cedesp, e pelos cinco jovens do Cedesp – o Eder, da região da zona Sul; a Ashley, representante da região da zona Norte; a Pâmela, da região da zona Leste; o Ubiratan, da região Oeste, e a Fátima Francisca, da região Centro-Oeste. (Palmas)

A boa notícia é que está presente o Alexis, Secretário Adjunto de Governo, a quem peço uma recepção carinhosa e com aplausos. (Palmas) Também para compor a Mesa o Marcelo, que hoje está Secretário Municipal de Assistência Social, e o Dr. Eduardo Dias, do Ministério Público.

A todos, informo que há um tempo de organização da nossa audiência. Não adianta, portanto, ficarmos falando muito porque o intuito é dialogar melhor com a Secretaria. Portanto, pensamos em falas intercaladas, que primeiramente poderiam ser iniciadas pelos jovens que compõem a Mesa, cada um por três minutos, porque o que acontece muitos nestas audiências públicas é o seguinte: primeiramente falam todos que compõem a Mesa, mas, quando chega na hora das pessoas que estão presentes falarem, não há mais tempo. Por isso, vamos tentar intercalar as falas: primeiramente os cinco jovens, depois duas falas de pessoas do plenário; a fala da Regina mais duas do plenário; a fala do Geraldo mais duas falas do plenário; a fala do Comas mais a fala dos Vereadores que estiverem presentes. Só então finalizamos com a fala do plenário, a do Ministério Público e, finalmente, a dos Secretários, cada um por dez minutos. Levando-se em consideração que temos que terminar esta reunião às 17h, vou pedir às pessoas serem rápidas para que a reunião seja produtiva.

Informo a presença do Padre Rosalvino, a quem peço que também componha a Mesa para o diálogo. (Palmas)

Pergunto se há alguém do Conselho da Criança presente. (Pausa) Não. O.k.

Quero fazer três agradecimentos: à Mira, secretária da Comissão, que nos ajudou muito nesta discussão; à coordenação e às entidades que prepararam esta reunião e, em nome de Eugídio e Fábio, à equipe do meu gabinete, que sempre está atento à questão da assistência social.

Então, vamos começar. Primeiramente tem a palavra a Pâmela.

A SRA. PÂMELA – Boa tarde, gente. Tenho 20 anos e é um orgulho imenso estar contando aqui o que o Cedesp representa na minha vida e na de milhões de pessoas. Estudo na unidade de Sapopemba, região da zona Leste, no Cedesp São Patrício. (Palmas)

Noventa por cento do que sou hoje, agradeço ao Cedesp. Antigamente, eu não tinha a facilidade de falar em público e para mim está sendo uma evolução muito grande, porque a gente vai para lá não só para aprender o conteúdo, mas muito mais que isso. A matéria de convívio investe muito no nosso eu, no pessoal, e eu estou muito feliz de estar aqui falando, porque esta para mim é uma evolução muito grande que mostra que eu estou me superando cada vez mais. Eu já fiz Micro lá e atualmente eu faço Logística. Os momentos que eu vivi lá foram muito intensos, e eu vou sempre me lembrar com muito carinho. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra a Ashley.

A SRA. ASHLEY – Boa tarde, gente. Sou do Cedesp Promove, da Vila Albertina, zona Norte, e estou aqui hoje para falar que eu não tinha conhecimento, porque eu não sou daqui de São Paulo e entrei há apenas um ano no Cedesp, o que está me trazendo muita oportunidade. Como a oradora anterior falou, o Cedesp trabalha o nosso eu interior. Ele nos prepara não só para o mercado de trabalho, mas para a vida. O motivo pelo qual nós estamos aqui é algo óbvio: eles estão tirando da parte mais vulnerável. Eles não usam esse recurso, os filhos deles também não, e estão tirando de nós, que mais necessitamos. O nosso Cedesp é um exemplo: temos capacidade para 120 usuários e está com 126, ou seja, além da capacidade. Apesar disso, cada vez mais pessoas vão lá procurar fazer a matrícula para entrar. O nosso Cedesp faz o máximo para entender a todo mundo, só que não consegue. Eles querem tirar um direito nosso, algo que nós precisamos.

Por isso, acho que não devemos nos calar diante disso. Como eu falei, eu não tinha conhecimento, mas agora estou me aprofundando, porque isso está me trazendo grandes benefícios. Então, temos que lutar, porque, para eles, com ou sem Cedesp, não vai fazer diferença alguma, mas, para nós, vai fazer muita falta. Da mesma maneira que hoje estamos utilizando, futuramente os nossos filhos poderão usar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Éder.

O SR. ÉDER JACÓ – Boa tarde, pessoal. Hoje eu sou professor do Cedesp de Parelheiros. Entre 2002 e 2004, fiz curso no Cedesp. Todos os meus cursos profissionalizantes foram no Cedesp e, após o curso, me profissionalizei ainda mais, aprendendo um pouco sobre mecânica e levei isso para a minha comunidade, tentando passar isso para os jovens. Hoje estou dando aula para eles.

Na nossa bandeira está escrita a frase Ordem e Progresso. Ordem significa defesa e manutenção de tudo o que funciona de maneira positiva. Creio eu, portanto, que todos os Cedesp, sem exceção, são positivamente muito bem vistos na nossa sociedade. Já progresso significa o avanço natural da sociedade e das instituições como consequência da defesa da ordem. Como nós podemos falar que não estamos progredindo com os nossos jovens e que estamos regredindo? Regressão seria se, por acaso, essa lei passasse a vigorar, tirando dos nossos jovens a vontade de aprender, a vontade pela busca de se profissionalizar.

No mercado de trabalho de hoje, as pessoas estão se profissionalizando cada vez mais. Mas como estão os nossos jovens? Como se encontram as nossas periferias? Eu me alimentei dentro do Cedesp, para onde eu ia porque muitas vezes eu não tinha nada em casa. E dei graças a Deus a isso. Muitos jovens estão dentro dos Cedesp para aprender e para cotidianamente evoluir.

Estamos aqui, portanto, para lutar não em prol de nós, professores, mas em prol dos jovens, da sociedade, de uma organização que venha a falar grandiosamente com a nossa política. Estamos aqui. Estamos prontos para fazer o necessário.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Ubiratan.

O SR. UBIRATAN MORAES TRINDADE - Boa tarde a todos. Meu nome é Ubiratan Moraes Trindade e eu sou do Cedesp da região Oeste. Tenho 55 anos e ali eu aprendi com todos os educadores e educandos, a maioria de jovens de 15 a 21 anos. Temos até alunos de 72 anos e ele está entre nós nesta tarde. Para mim foi muito legal, muito bacana. O Cedesp me ajudou porque ultimamente eu estou sem emprego e não posso arrumar emprego também. Sou formado em Direito, bacharel em Direito, acabei a faculdade no ano passado e estou entregando algumas pendências que tenho com a faculdade, que fica na mesma rua.

O que tenho visto no Cedesp é uma coisa impressionante: o acolher deles, o tratar, o trato com todos. Não só ali na região Oeste, mas eu acredito que no Dom Bosco e nas demais localidades da zona Leste e zona Sul. Por onde estão instalados os Cedesps eles dão o mesmo tratamento. É um padrão igual para todos.

Eu me sinto muito feliz e honrado porque aprendi muito. Estou fazendo um curso de operador de microcomputador. Sei mexer com essa tecnologia e isso ajuda bastante todas as pessoas que querem se profissionalizar, não só tem o curso de microcomputação, mas também os de elétrica, administração e confeitaria. São pessoas de baixa renda e que não teriam dinheiro para pagar um curso profissionalizante e o Cedesp tem ajudado bastantes pessoas. Há pessoas lá que moram em albergues e, por morarem em albergues, não olham para dificuldades e estão lá, como o educador aqui acabou de falar. Tem onde se alimentar e é um trabalho maravilhoso o que todos os Cedesps vêm promovendo.

Nós não devemos ficar parados. Estamos aqui numa audiência pública, reunidos com essa finalidade de pedir ao Sr. Prefeito e às demais autoridades que aqui estão presentes que não cortem essa verba, que revoguem esse decreto que fizeram para tirar a verba da educação. Estamos aqui todos pacificamente, educadamente, sentados aqui para poder dialogar com o Poder Público.

Desde já como estudante de Direito – eu tenho a minha carteira de estagiário – agradeço ao membro do Ministério Público que compareceu desta vez, agradeço a

receptividade da Casa e a todos aqueles que nos acolheram e que estão do nosso lado nos apoiando em todos os sentidos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra para o Padre Rosalvino.

Anuncio a presença e já convido para estar conosco compondo a Mesa o Vereador Alfredinho, Líder da Bancada do PT.

O SR. PADRE ROSALVINO – Gente, eu ainda não acredito nos documentos que apareceram na imprensa tirando dinheiro do social, não acredito que isso é verdade. Não posso acreditar e não posso aceitar isso. Com todo o respeito ao Sr. Prefeito e ao Sr. Secretário, mas tirar dinheiro no global da Assistência é dar um tiro no coração. É aumentar a quantidade de moradores de rua, é aumentar a Praça da Sé, é aumentar esse povo tão sofrido que temos em São Paulo.

O Cedesp não é um curso profissionalizante simplesmente é um reformar para a vida, para a família, para viver em equipe, em sociedade, que é o que esta faltando por aí. Então, não sei aqui, mas espero que o Sr. Secretário que está aí representando o Cláudio tenha alguma boa notícia porque não estou acreditando.

Hoje cheguei a Itaquera, 38 anos atrás, a pedido do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. É o pior dia da minha vida, por essa insegurança que estamos vivendo, se tira, se não tira, se corta, se não corta, se fecha, se abre. Não pode ser, porque se há alguma coisa diferente na política pública de São Paulo somos nós, Cedesp, com toda certeza e tranquilidade.

Quantos e quantos passaram pelo Cedesp e hoje trabalham. Muito mais do que outros que se profissionalizam e que nos questionam. Não vou citar nomes para não ser deselegante. E me perguntam: “Padre, como é que você faz? Que a demanda é imensa”. E é mesmo. Só na minha porta, tem de oito a nove mil esperando uma vaga. E tem vaga na ETEC, tem vaga na Fatec, tem vaga no Senai, e preferem ir para um serviço de comunidade, onde se vive um clima de família, um ar diferenciado, aquele amor, aquela acolhida, aquele

encaminhamento.

Então, se me permitem, Sr. Eduardo, com todo o carinho que eu tenho por você também, e o representante do Governo, eu não acredito, ainda estou achando que alguém vai tirar esses documentos, vai revogar aí, e alguma coisa nova vai acontecer, porque não posso aceitar e não vou concordar que vão fechar Cedesp.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem. Iniciei as falas e acabei não falando um pouco como funciona essa audiência pública. Então todo mundo sabe o que é uma audiência pública. Vou explicar rapidamente. A audiência pública é um mecanismo que há na Câmara Municipal de interlocução dos Vereadores com a sociedade civil, junto com o Governo.

É uma audiência aberta, e a gente tem esse instrumento para poder dialogar um pouco e ver se a gente resolve ou abre caminhos para a resolução do problema que existe na Cidade. Então, em todas as Comissões, tem esse mecanismo de audiência pública sobre diversos assuntos.

E nesta audiência a gente tinha chamado quatro Secretários. O primeiro, que digo que é o dono do cofre, é o Secretário de Finanças, que agora se remete à Secretaria da Fazenda. O segundo seria o Secretário João Jorge, da Casa Civil, o que faz a interlocução política entre Vereadores e Governo. O Secretário Municipal de Justiça, porque a gente também queria entender o que a Secretaria de Justiça entende sobre isso que está sendo retirado, até por conta de uma legislação importante e de atuação para serviços na Cidade.

Há o Secretário de Governo, e estou realmente feliz que o Secretário Adjunto veio porque a informação que eu tinha até ontem à noite é de que não viria, por isso eu estava bastante preocupada. O Secretário de Assistência Social também tinha me dito ontem à noite que não viria, que mandaria representante; e hoje os dois Secretários estão aqui presentes.

Esta semana, através daquela caminhada que vocês fizeram daqui até Prefeitura, semana passada, conseguimos um diálogo com o Prefeito, com uma composição menor, para

poder falar do Cedesp, mas também dessa relação, desse corte na área da Assistência Social. E nessa reunião a gente também tinha solicitado essa configuração dos Secretários, que tinha sido marcada para terça-feira; e me parece que houve um problema com o Secretário atual de Assistência Social, por isso foi desmarcada a reunião, o que nos causou bastante frustração porque a gente aguardava um diálogo.

Já anunciei para o meu líder que, se essa reunião com o Prefeito não acontecer na próxima semana, porque a gente tem prazo de decreto, prazo de convênio, que nós aqui da bancada vamos obstruir qualquer projeto que Governo ou da Câmara até que esta audiência aconteça.

Neste momento, vou exibir um vídeo, de três minutos, para entender o que nós estamos falando de Cedesp.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Registro a presença do Vereador Jair Tatto.

Temos uma boa notícia de que o Sr. Cícero, chefe de gabinete da Casa Civil, também está aqui conosco, e gostaria também que, por favor, compusesse a Mesa.

Tem a palavra a Sra. Rosana.

A SRA. ROSANA - Boa tarde a todos. Represento, enquanto instituição, o Nosso Lar e o Cedesp Cenlep da zona Leste. Mas estou na função de representar todos os Cedesp da Cidade. Então são milhares de pessoas que estão compostas na minha fala hoje.

O objetivo dessa apresentação é de esclarecer um pouco sobre o Cedesp, embora as falas já foram dizendo sobre ele, e acho que a importância dele está muito mais no valor e nessas falas do que na apresentação, mas é para trazer um pouco da história do Cedesp, que é uma política pública fundamental para esta cidade; e referência nacional, que não pode acabar nem diminuir, tem que aumentar.

Então é uma proposta concreta de política pública, que atende ao usuário da Assistência Social, que sabemos o quanto tem sofrido no nosso país e, principalmente, na

cidade de São Paulo.

Aqui é só um contexto em relação à questão da juventude, essas vulnerabilidades que está se vivendo hoje nas famílias, na sociedade como um todo. o Cedesp atende os jovens, mas atende também pessoas de até 59 anos. Então o Cedesp é uma das poucas políticas públicas que atende a família como um todo, dentro do serviço, e acompanha de forma profissional, técnica e social também.

Então de um lado a gente impulsiona essa preocupação relacionada à violência, aos comportamentos de riscos que estão muito voltados à juventude, e também a questão da demanda pela redução dessas desigualdades sociais, que são muito fortes, e a gente nunca viu falar tanto dessas preocupações na sociedade como atualmente.

Esses são alguns dados: 20 milhões de jovens vivem em comunidades; são quase 5 milhões de desempregados e, provavelmente, esses dados aumentaram já. Então nós temos uma política pública que atende a uma demanda crescente e necessária, e é uma política pública que não pode acabar.

Os Cedesps não são atuais, nós já temos esse serviço há alguns anos; eles foram mudando de nome e de formatação. A Assistência Social encerrava seu atendimento até 14 anos. A partir dos 15 anos, os jovens não tinham nenhum tipo de atendimento. Na década de 90, foram criados os Sercom e os QPs, que atendiam até 18 anos. Alguns aqui foram inclusive de QP.

Em 2009 houve uma grande discussão e ampliou-se o conceito desse atendimento, a idade foi ampliada até 24 anos e o serviço foi normatizado como Cedesp. Em 2014 houve nova mobilização, discussão e reformulação dessa política pública, que é o que são os Cedesps, hoje, que atendem até 59 anos.

Então as bases legais são as que todos nós já conhecemos: o Plano Nacional da Assistência Social, o Sistema Único da Assistência Social, que definem inclusive como responsabilidade efetivar a segurança de rendimento, de autonomia, de acolhida e de convívio social, familiar e comunitário; a Loas, que se refere à promoção da integração ao mercado de

trabalho. A cidade de São Paulo, especificamente, há quase 40 anos trabalha dentro da Secretaria Municipal da Assistência Social com serviço com o objetivo de desenvolvimento de autonomia das famílias, para que o desenvolvimento das famílias aconteça.

Esse serviço foi construído e normatizado em conjunto, então é um grande orgulho para quem é mais antigo na Assistência Social, e tem várias pessoas na luta, também é um grande orgulho ter muitas pessoas novas nessa luta, temos um orgulho muito grande porque foi uma política pública construída conjuntamente. Eu acho que isso a gente não pode perder. Foi construída pelo Fórum da Assistência Social de São Paulo, pelo Conselho Municipal da Assistência Social de São Paulo, pelas equipes de SMADS junto com a gente e teve seu resultado publicado no PLAS e na Portaria SMADS 2010.

Atualmente temos 60 unidades de atendimento, através de termos de colaboração, em todas as regiões de São Paulo. Essas unidades não são suficientes para a demanda que hoje procura os Cedesps. Diariamente nós atendemos a quase 12 mil pessoas, fora suas famílias, os atendimentos indiretos e atendimentos de demanda. Esse dado de demanda é atual, de ontem. Nós fizemos um levantamento com todos os 60 Cedesps e hoje nós temos demandas registradas, comprovadas, de 22 mil pessoas inscritas - um pouco mais. Então é uma demanda muito maior do que a capacidade de atendimento e é uma frequência que se justifica também no atendimento diário.

E essas pessoas estão aguardando vagas para o segundo semestre. Muitos estão em processo seletivo esperando notícias, e a gente quer sair daqui hoje com esperança de alguma notícia para dar, porque os cursos vão até dezembro e a maioria dos convênios vai até outubro. Como a gente matricula essa demanda para um curso até dezembro com o convênio vencendo em outubro e com esses decretos funcionando, não é, Padre? Quais são as soluções?

Na verdade a gente entende que o educar para a cidadania, para a solidariedade gera capital social, a o que a gente mais precisa no Brasil hoje, principalmente na cidade de São Paulo, é gerar capital social, e a Assistência Social faz isso como ninguém. Não dá para

tirar o mérito. Todos estão convidados a conhecer os Cedesp, a ir no dia a dia, a conversar com as pessoas - aqui tem muitos usuários – para entender o significado desse trabalho.

Aqui são as legislações que justificam os Cedesp desde a Constituição federal até a Lei Orgânica do Município, que trata da promoção e integração ao mercado de trabalho, a especificidade do serviço de qualificação e preparação para o mundo do trabalho junto com assistência social.

Aqui a gente cita um pouco o PNAS, que é a competência que o Município tem nos projetos de enfrentamento da pobreza. É um serviço de proteção básica da Assistência Social, potencializa a ação das suas famílias como unidade de referência, garante a sobrevivência, a convivência, a acolhida, a socialização e tudo isso que o pessoal já falou aqui.

Considerando todas essas legislações, a Assistência Social trata da necessidade de desenvolvimento da autonomia com vista à possibilidade de independência dos usuários, principalmente de transferência de renda, muitos que estão na linha de pobreza e muito relacionada à questão da inserção produtiva junto com desenvolvimento humano e de convívio que o Cedesp proporciona na Assistência.

Considerando que é um serviço que integra a rede socioassistencial, nós não estamos falando de uma política pública que não existe ou que não está normatizada ou que não está regulamentada. Estamos falando de uma política pública que tem toda sua regulamentação e, mais importante, de forma ampla e democrática tanto por parte do governo quanto por parte dos conselhos quanto por parte das organizações quanto por participação dos usuários.

Vou apresentar rapidamente os objetivos do Cedesp, de forma sistematizada, para vocês entenderem o funcionamento, apesar de que a maioria aqui já conhece.

Esse é o objetivo do Cedesp, ofertar proteção social para jovens e adultos de 15 a 59 anos em situação de vulnerabilidade e risco social. Essas intervenções são planejadas, criam situações desafiadoras, estimulam e orientam o usuário na construção e reconstrução das suas histórias e vivências individuais e coletivas na família. O restante, acho que os

depoimentos falam mais do que a apresentação.

O acesso é via demanda encaminhada e/ou validade pelo CRAS de abrangência. É público e notório que os Cedesps são serviços extremamente procurados, com demandas grandes em todas as regiões. Existem regiões que não têm Cedesps, que as pessoas pedem o Cedesp, então isso é comprovado, é um documento que pode ser apresentado inclusive para que justifique a questão do orçamento. Vinte e duas mil pessoas mais estão inscritas esperando vagas, conforme os dados que os Cedesps forneceram.

Esse é o público que nós atendemos, é um público em vulnerabilidade social, em risco social. Nós atendemos a pessoas de todas as vulnerabilidades, em situação de acolhimento, moradores de rua, pessoas com deficiências físicas, motoras, intelectuais, pessoas que estão em casa e têm depressão e encontram no Cedesp uma forma de reviver, atendemos a famílias completas. Esse é um grande ganho do Cedesp, atender no mesmo dia, no mesmo espaço, uma mãe com o filho, um irmão, um tio, trabalhando a família como um todo, e essa convivência faz uma transformação na vida deles.

Trabalhamos por semestre, por isso a angústia e a esperança de alguma notícia hoje, porque 32 Cedesps passam por audiência pública em outubro, mas nós fazemos as inscrições antes porque na verdade os cursos começam em julho, e para começar você tem que inscrever, matricular, fazer processo seletivo, porque infelizmente não tem vaga para todo mundo, e a gente não sabe o que informar a essas pessoas que estão esperando notícia do que a gente vai fazer, se vai matricular, se não vai matricular, o que vai acontecer. Dentro do semestre a gente trabalha com seis módulos: convívio, mundo do trabalho e formação inicial e continuada. Os cursos duram um semestre, então vão começar em julho e terminam em dezembro. As turmas de agora terminam em junho.

Aqui é o que cada módulo desenvolve. Não vou me estender aqui. Cada componente da Mesa vai receber a apresentação. Mas o convívio trabalha basicamente as ações de família, de comunidade, assegura os espaços de convívio, de discussão, de relação humana. No mercado, hoje, a maior demanda é em relação à questão humana, da relação das

pessoas, de como eu me relaciono com o outro, de como eu me vejo como cidadão. Isso o Cedesp trabalha como ninguém, e nenhum outro serviço de outra área, seja trabalho ou educação, trabalha com o Cedesp faz, até pela formação dos educadores, do trabalho social e tudo mais. A gente também trabalha com a questão da alimentação, das atividades de cidadania, como essa, como esse espaço, esse momento, e outras questões.

O mundo do trabalho faz uma migração um pouco entre empreendedorismo, informática e as necessidades que o mundo do trabalho traz no geral, com as competências que ele precisa desenvolver para circular nesse universo.

A formação inicial e continuada – FIC, com base no guia Pronatec – foi a última resolução definida em 2014 -, que é o nome exatamente que cada curso tem, da parte específica e qual é a modalidade que ele vai desenvolver e formar as habilidades até o final do semestre.

Os resultados alcançados a gente já ouviu um pouco também, mas é o desenvolvimento da autonomia, a melhoria da qualidade de vida. Isso é fundamental, importantíssimo e indiscutível. Se a gente fizer uma avaliação, um trabalho de apuração de dados, vai ver o quanto isso tem impacto no trabalho dos Cedesp.

Um atendimento pleno dos usuários da Assistência Social, visto que os outros programas existentes, de Rede S, do sistema educacional, não atendem esse público de forma integral. Isso é superimportante. O público usuário da Assistência Social tem muita dificuldade de acesso aos outros programas, então o Cedesp se mostra mais uma vez importante nesse cenário.

A gente tem um trabalho muito forte com uma equipe especializada da área social, da área técnica, pedagógica, de interdisciplinar, e isso fortalece. E a gente acaba tendo uma referência muito grande de encaminhamento para os outros serviços da proteção especial, principalmente. O Cedesp recebe todo esse público e acaba sendo uma esperança para muitos que estão nos SAICAs, muitos que estão em liberdade assistida, muitos que estão em outros serviços que não conseguem ter um olhar ampliado de futuro.

E o principal que é a alta taxa de frequência e reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido na Cidade, outro ponto indiscutível e comprovado inclusive.

Isso é só uma contribuição em relação à gestão plena do SUAS, o Cedesp faz parte, é uma política pública consolidada, não pode acabar. É um grande orgulho a Cidade conseguir reunir todos esses Cedesps, todos esses trabalhos e a gente faz isso com muita garra, com muito amor no coração. A gente espera que realmente não tenha redução. A gente espera uma notícia na verdade, antes de qualquer coisa, voltar para os serviços e saber o que falar para as pessoas, porque a gente tem vivido uma angústia muito grande, e essas pessoas precisam de resposta, a gente precisa dar uma resposta.

A luta é pela política pública, que é importante e fundamental para o nosso trabalho, não olhando como trabalho individual de nenhuma organização nem de nenhum poder público ou política partidária, mas olhando para a necessidade que é e a importância que são os usuários e as pessoas que usam o Cedesp, que esse serviço não podem acabar.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Passo a palavra para o Vereador Jair Tatto, que gostaria de fazer uma saudação.

Também dizer que a gente tem outra sala, secretários, no plenarinho, porque não coube todo mundo aqui, então a gente está sendo transmitida para as pessoas que estão lá.

Também já aviso para vocês que estão aí que estão abertas as inscrições, já tem uma secretária da Comissão que está aí pegando o nome de vocês para fazer a intervenção.

Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Boa tarde. Vereadora Juliana Cardoso, saudá-la pela iniciativa através da Comissão Extraordinária da Criança e Adolescente, agradecer pela exceção, porque eu vou daqui - provavelmente o Vereador Alfredinho vai depois - para a audiência pública do Metrô do Jardim Ângela, na Paróquia Santos Mártires. Saúdo o Secretário presente e dizer: “Secretário, não permita redução”. Nós acabamos de ver o índice ontem, que o PIB baixou menos 0,2 no primeiro trimestre. Nós estamos com quase 14 milhões de

desempregados no País. Não sei dizer em São Paulo o que significa isso, mas provavelmente mais da metade. São milhões de jovens que não têm oportunidade de trabalho. Eu estava falando com o Fábio que eu gosto muito dos CCAs, do NCI, mas eu gosto mais ainda dos Cedesps porque, de verdade, eu já conheci vários e conheço vários jovens que montaram seus salões de beleza, seus restaurantes. Tenho uma cunhada que é costureira lá em Monte Azul do Cedesp. São mais de 40 alunos. Eu conheço Cedesps que tem *per capita* para 30, mas colocam 50, não é, padre.

Essa é uma oportunidade de um futuro. Dois milhões hoje, mais 24 amanhã, isso vai causar um transtorno e é a contramão da história. Eu dialogo bem com o Governo, apesar de ser da Oposição. Mas esse Governo está com uma mania de reduzir tudo na vida. O Governo está reduzindo 70% do contrato do pessoal de faxinas dos CEUs. Não é possível, devem ter mais de 20 bilhões em caixa porque o dinheiro não deixa de entrar.

Fiquei seis anos na Comissão de Finanças e Orçamento, presidi dois anos, em nenhum ano subiu menos do que 8% acima da inflação o tributo que cada um de nós paga e que é do Município: ITBI, ISS, IPTU. Então não dá. Esse Governo está com mania de dizer que diminui a arrecadação e nós estamos com mania de insistir que ela está aumentando no Município. Reduzir um tipo de programa desses acho que é no mínimo uma judiação brutal contra essa juventude que está atrás de oportunidades, que quer estudar, se formar e trabalhar.

Vamos fazer um apelo nessa audiência pública. Parabéns, Juliana Cardoso, pela iniciativa. E que não reduzam os investimentos nos Cedesps. Muito obrigado por me dar esse privilégio de poder falar e peço licença a todos. Estaremos sempre juntos na luta.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Vereador Alfredinho. A Regina está preocupada com o tempo, porque muita gente vai para a audiência pública do monotrilha lá na região.

O SR. ALFREDINHO – Eu acho que não vou poder ir porque tenho outra atividade do Partido. Eu até disse para o Marcelo, na reunião que tivemos na Prefeitura, que o principal

responsável pelos cortes não são eles – a Secretaria de Assistência Social – porque eu não acredito que o Secretário de Assistência Social queria fazer cortes. Se S.Exa. está lá na Assistência é porque gosta da Assistência e quer atender as pessoas, mas quem faz os cortes – ainda bem quem hoje estão aqui pessoas da Casa Civil, das Finanças também...

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Finanças não veio, aliás, pasmem, mas a notícia foi de que eles não fazem parte dessa pauta. Infelizmente, foi essa a notícia. Eu falei para eles registrarem por *e-mail*.

O SR. ALFREDINHO – São as duas Secretarias-chave em relação a esse assunto. A Casa Civil porque toma a decisão política e Finanças que executa, está certo. Mas, apesar de Finanças não estar aqui, estando a Casa Civil já é um avanço porque a Casa Civil é quem dá as ordens políticas do Governo, é quem conduz a parte política do Governo. E os cortes passam por essas duas Secretarias.

Eu não sei em que se basearam esses cortes porque cortar da Assistência Social de onde já não tem? Como é que pode cortar de onde já não tem? A gente acompanha o trabalho de vocês e todo mundo que está aqui... eu sempre digo que quem está aqui não é rico e não está por dinheiro. Trabalha porque gosta e por amor. A maioria das pessoas que trabalham nesse setor de assistência e outros setores sociais da Prefeitura, principalmente, de entidades, quando consegue muito é um fusca velho para andar, quebrando e dando trabalho nas ruas da cidade, e, muitas vezes, nem casa para morarem tem.

Portanto, o que se gasta aqui não é gasto é investimento. Você está investindo em pessoas. Está formando pessoas profissionalmente e você está cuidando de pessoas onde mais se precisa. Vamos lutar até o fim – não sei se vai ter fim – para não acontecerem cortes. Pode cortar dinheiro de publicidade, não pode? Publicidade não é coisa de primeira necessidade do Governo. É legal fazer umas coisinhas e divulgar, mas também não precisa tanto. Quando o Governo faz as coisas – coisas boas – o povo percebe até sem publicidade. O povo percebe. Se a Assistência Social estiver boa em todos os lugares o povo vai elogiar. Se a Saúde estiver bem, o povo vai elogiar. Portanto, pode cortar da publicidade, outros gastos que,

às vezes, são excessivos. O que não pode cortar é da Educação, da área social em geral.

Temos um problema que estamos prevendo que vai acontecer, eu digo isso porque muitos de vocês aqui também cuidam de creches, e agora, quando o Governo tirou a questão das verduras, das frutas, e disse para as creches se virarem e comprarem no próprio bairro, é bom? É porque vai reforçar o comércio local, em tese, é bom. Acontece que agora os produtos começam a subir porque o comércio local percebe que agora tem mercado e o que o Governo passa não vai ser suficiente para poder vencer essa competição. Então, espero que não aconteça, mas acho que é quase impossível não acontecer. Logo, logo vai ter crise na Educação com as creches por conta também dessa medida que o Governo tomou que é de descentralizar. Quando comprava direto dos produtores, do Ceasa, sei lá, você tinha uma margem de manobra. Agora, quando faz a compra direto do comércio local, por um lado é bom, por outro lado pode ter problema.

Quero terminar e aproveitar para divulgar que, no dia 10, enquanto Bancada, vamos fazer um debate, um seminário, e o tema vai ser Assistência. Vou falar a composição da Mesa: a Regina, que está aqui; Alan Francisco Carvalho, que é do Fórum, não sei se está aqui, está ali e Maria Nazareth Cupertino, que é do Cedeca de Interlagos. Dia 10, das 13h às 17h, aqui na Câmara Municipal, no Plenarinho. Está “maio”, mas é junho, erraram feio aqui. Eu nem percebi.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem, pessoal, agora são 15h40min, então vamos ligeirinho dialogar com as pessoas que estão no plenário. Eu queria chamar o Weber de Oliveira. Ele só colocou aqui “17 anos”. Já pode vir aqui para poder fazer uso da palavra. O próximo é o Pedro Luis, do Tabor, de Agropecuária e a próxima é a Samara do Henry Ford, também do Bompar. Então, rapidinho para todos poderem fazer uso da palavra.

O próximo é o Welber, da Dom Bosco, de Itaquera.

O SR. WELBER OLIVEIRA – Boa tarde. Faço parte da obra social do Dom Bosco, Itaquera.

Faz muito tempo que eu faço parte da pasta da Assistência Social. Fiz CCA Pingo da Alegria. Particpei também do Cedesp Dona Chantal e agora estou no Dom Bosco/Itaquera. E eu posso falar porque eu cresci nesse meio social. Ele mudou a minha vida. Eu sei que depois que eu terminar esse processo de profissionalização, eu tenho para onde ir. Eu sei qual caminho vou seguir. E com esse corte, eu fico imaginando as pessoas como eu, qual caminho elas vão tomar? Por onde elas vão seguir? Porque nós, da classe mais baixa, não conseguimos pagar um curso profissionalizante para competirmos no mercado de trabalho.

Então, com esse corte, CCA, creches, Cedesp, tudo vai acabar. Então, o que eu posso dizer aqui é não ao corte. É basicamente isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Pedro.

O SR. PEDRO LUIS – Boa tarde a todos e a todas.

A vontade que dá é de pegar o microfone e dar uma aula de História sobre a questão do bem-estar social no mundo e atualmente no Brasil. Mas o tempo é curto... Dar uma aula sobre os modelos de desenvolvimento e os modelos de capitalismo para cada país, principalmente da América Latina.

Bom, nós vivemos no Brasil. É um país de economia atrasada, capitalismo importado e vivemos atualmente um draconiano corte de direitos sociais. Um retrocesso na sociedade. A cada posicionamento do governo na televisão, o meu tempo de vida diminui em dez anos. Ou seja, eu devo ter mais uns cinco meses de vida, mais ou menos. (Risadas)

Bem, eu sou aluno do Cedesp Tabor, da região de São Mateus, que é o berço dos movimentos sociais de saúde, educação, assistência social. (Palmas) Uma região de resistência muito forte, que tem uma juventude muito participativa.

Dizer sobre o Cedesp, eu creio que todos que me antecederam, falaram com muita propriedade e convicção. Eu só quero contribuir porque se eu estou no Cedesp hoje é porque eu sou fruto da política de redução de danos – uma proposta que está sendo atacada pelo governo federal, através de portarias, como se a minha vida, o meu destino, os nossos

destinos fossem dirigidos por portarias. Não é verdade.

Aqui é a Casa do Povo e eles têm de nos ouvir. As ruas falam. As ruas gritam. E vira e mexe, as ruas estão presentes.

Queria aproveitar a presença dos Vereadores e do Chefe de Governo. Há um projeto de lei, número 235/2010, de autoria dos Vereadores Floriano Pesaro, do PSDB, e do Alfredinho, que aqui está presente, do PT, que “institui a política de tarifa reduzida no transporte coletivo urbano público municipal, e dá outras providências”. Ou seja, até 2009, os estudantes do Cedesp recebiam uma bolsa para se locomoverem de suas casas até os centros de convivência. A partir de 2009, foi retirada essa bolsa. E nós, alunos do Cedesp, não temos direito à tarifa reduzida de 50%, porque nós não temos uma carga horária de estudo equiparada a instituições oficiais de ensino, como faculdades e cursos técnicos. E nós nos locomovemos em torno de 5 a 6 quilômetros por dia - ida e volta daria de 10 a 12 quilômetros por dia -, porque nós estamos fora do mercado de trabalho e não temos o direito ao acesso constitucional ao transporte público, por “n” motivos. Primeiro, porque a tarifa de São Paulo é uma das tarifas mais caras do mundo e a qualidade do transporte, dá para vermos, né. É um pau de arara com ar condicionado, quando tem.

Concluindo, além de dizer não aos cortes, eu quero também pedir para os nobres Vereadores e a Casa Civil..., porque esse projeto de lei passou na CCJ em 2010 e desde 2014 ele não está tramitando. Se passou na CCJ, cabe ao Executivo dar a sua canetada.

Então, em benefício aos estudantes que não têm acesso ao Bilhete Único, ao Bilhete de Estudante, que também assine esse projeto de lei imediatamente.

Obrigado, companheiros. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – A próxima é a Samara.

A SRA. SAMARA – Boa tarde.

Meu nome é Samara. Eu tenho 16 anos e sou do Henry Ford. Eu quero aqui dizer que o Henry Ford vem mudando a minha vida desde que eu entrei lá.

Desde que eu entrei lá, eu tive uma grande base de educadores que, até hoje, me guiam em uma trajetória que eu nunca imaginei que tivesse oportunidade de ver, de conhecer, de participar como, por exemplo, estar aqui hoje. Eu nunca estaria numa Câmara se fosse por conhecimento meu, por influência minha, porque vivemos nos Cedeps uma realidade completamente diferente. Lá, eles nos ensinam que nós podemos ser muito mais do que já somos. Lá, eles nos ensinam que podemos crescer. Lá, eles nos ensinam que podemos fazer muito mais do que já fazemos. Lá, eles nos ensinam a ter voz. Lá, eu aprendi a ter poder. Lá, eu aprendi a ser eu mesma e a me respeitar e a respeitar os meus iguais. E eu acho um absurdo vir um Prefeito e falar que vai cortar isso. Ele vai tirar o meu direito, o direito dos meus iguais de termos esse mesmo conhecimento, de ter essa mesma base que eu estou tendo e quero continuar tendo, porque isso não é uma coisa do presente. Isso é uma coisa do presente e do futuro, porque isso não mexe só com a minha geração, mas vai mexer com as próximas, com as próximas e com as próximas, porque é assim que funciona o crescimento: ele vai crescendo, crescendo, crescendo até que uma hora as pessoas não têm mais controle, aí começam a haver os cortes. Aí eles veem que estamos tendo voz demais. Aí eles veem que estamos fazendo demais, mas é o nosso direito, né.

Então, é um absurdo e eu digo não aos cortes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora é a Regina, do FAS.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Boa tarde a todos.

Tudo bem? (Pausa) Hoje estamos melhor, né. Hoje eu não vou dizer que temos de ir para SMADS. Nós não íamos, só tentamos ir. Porque, realmente, tínhamos vindo nessa expectativa e não tinha ninguém do poder público, nem o Ministério. Enfim, que bom que vocês estão aqui hoje.

Agradeço, mais uma vez, a Comissão também por levantar essas pautas, trazer essas pautas para a mesa. Estivemos na Comissão do Idoso também falando do NCI. E temos outras pautas, aqui, para esta Comissão.

Muitas pessoas já falaram o que eu ia falar, e também precisamos dar mais tempo

para os secretários, mas eu só quero lembrar uma coisa: eu também venho de periferia, a do Jardim Ângela, que esteve no pódio da violência, e ainda está. Então, lá a violência é muito forte e são os serviços sociais que fazem a diferença. Não é só no Jardim Ângela, é em Guaianases, Itaquera, Perus, aqui no Centro. E dados atuais: 77% dos nossos jovens assassinatos ainda são negros e ainda estão nas periferias.

Precisamente em nosso território, em M'Boi Mirim, está o maior índice de gravidez na adolescência. Isso é muito sério.

Sessenta e um por cento de nossas crianças e adolescentes, agora no Brasil, estão em situação de pobreza. Pobreza que vai demandando de diversas formas. E o que estamos discutindo aqui? A cidade de São Paulo, que é olhada pelo mundo inteiro como a maior rede de serviços da América Latina, sofrendo, batendo. Estamos aqui há mais de dois meses com ato, vem ato, vai para a Comissão, volta para a Comissão para evitar que sem cortem serviços da assistência social. Nós temos os dados. Nós sabemos dos dados. Eu estou vendo, aqui, a cola do Conselho Municipal: são 60, mas precisamos dobrar. No território onde eu estou, só têm três Cedesps, lá em M'Boi Mirim, que tem uma população de 700 mil habitantes. Então, a nossa pauta é muito grave.

Eu, como o Padre Rosalvino, quando chegou fevereiro e veio o Decreto nº 50.636: "Pode ter corte unilateral na Assistência?" E a resposta foi: "A entidade que não quiser se adequar, será convidada a sair", estou traduzindo, é claro, né. Mas o decreto diz isso: se não concordamos, daremos a vez para o outro.

Logo na sequência, vieram os outros dois decretos, que cortam 22 milhões, aí sim, da juventude, como vimos no vídeo. E na sequência, um outro, cortando mais dois milhões.

O que nos angustia? Até temos tentado mesmo falar com a Casa Civil, com o Mauro Ricardo. Primeiro, já fazemos mais com menos há muito tempo. Há muito tempo, todo mundo já está no déficit financeiro. Isso é muito grave, porque vai sucateando. As entidades não vão aguentar, vão entregar serviço. De pano de fundo, o que vemos? A volta da violência, o aumento da exclusão. Então, é isso, não dá para ter cortes. E, nesses estudos, nessas

caminhadas de três meses, estamos aprendendo muito e o Tatto falou: nós tivemos a maior arrecadação financeira dos últimos anos, dessa Prefeitura. Por que, então, congelar 210 milhões da Assistência Social? Não tem sentido. Por que, então, congelar a política pública? Não tem sentido. É Assistência, é Educação, é Saúde. Não dá.

Aproveitando a Casa Civil aqui, a Secretaria de Governo, levem esse recado. Estamos tentando um diálogo, porque estamos vendo que o diálogo está sendo por decreto, e não dá. A Rosana mostrou como nos Cedesp e em tantos outros serviços trabalhamos com o normativo, estávamos com a SMADS, e precisamos criar esse canal do diálogo.

A pauta que vem, também, hoje comigo, eu sei que muita gente aqui veio do CCA, não veio? (Pausa) Tem alguém que trabalhou, passou por CCA aqui, levanta a mão, só para termos uma noção. (Pausa) Começamos um debate que tem uma fala do CCA também mudar de Secretaria, e não dá. Então, fizemos um documento com o CCA para começarmos o debate, para passar para a Comissão, para todos que estão aqui na Mesa, porque o CCA, o Cedesp, os serviços da proteção básica são muito importantes para esta cidade. (Palmas)

Qual será o nosso passo? Já estamos cansados de ato. Estamos aqui na terceira audiência pública. Se nada resolver, teremos de parar. Não terá jeito. E entendo que temos de fortalecer os 14 dos 6, sim, parar para dar impacto. Mas eu ainda quero sair daqui, hoje, com boas notícias: que não vão ter cortes; que haverá matrículas no Cedesp e que vamos abrir um canal de diálogo. Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Regina. Sr. Secretário, eu fiz o curso técnico de processamento de dados. Era ainda só o computador verdinho e a tela preta. Meu foi o meu primeiro curso técnico lá na região de Sapopemba, onde eu tenho muito orgulho de sempre falar do Cedeca e outras instituições, como o Instituto Daniel Comboni, Bom Parto entre outras. É um serviço bastante antigo.

Tem a palavra o Sr. Márcio Oliveira, da Obra Social Dom Bosco.

O SR. MÁRCIO OLIVEIRA – Boa tarde, senhores e senhoras. Meu nome é Márcio. Tenho 20 anos e faço curso na Obra Social Dom Bosco. Como muitos já falaram aqui, já

debateram, já dialogaram, não tenho o que falar muito. Só tenho que falar que essa obra social Dom Bosco, para quem não sabe, tem mais de 41 cursos profissionais, que podem capacitar não só eu, mas qualquer um, qualquer jovem, qualquer adulto, qualquer criança. Para não cortarem... O que seriam desses jovens, que estão todos com jaleco azuis, igual eu, se não houvesse esses cursos? Estariam onde agora? Estariam na rua, estariam roubando, estariam matando. E se cortarem, o que vai acontecer com esses jovens que estão querendo ser alguém na vida? Estão querendo ser um profissional que possa gerar mercado de trabalho, gerar emprego, porque o nosso País está sofrendo crise de trabalho. Hoje para saírem às ruas para procurar emprego, voltam frustrados. O que seria desses cursos, não só da obra social, dos cursos que estão aqui? O que seria? A gente tem que falar. A gente tem que ser a voz, a gente tem que ser ouvido. Chega de os deputados e os políticos falarem: “Nós que mandamos no País. Nós que mandamos em vocês”. Não, não há melhor do que qualquer pessoa aqui. Já ouvi falarem: “Quando comem arroz e feijão, ainda são seres humanos. Vamos falar e têm que nos ouvir.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO – Boa tarde a todos. Não há muito que dizer, porque, no CCP Santa Úrsula, de onde eu participo, próximo de São Mateus, no Jardim Imperador, eu entrei no começo deste ano. Entram com uma visão totalmente diferente como eu estou hoje. Então, é muito difícil, é muito triste pensar que para inúmeras pessoas que fazem cursos ali simplesmente vão cortar. Milhares de famílias vão ser afetadas, mais de 11.700 famílias. É triste pensar isso. Fora os educadores, que são muito bem preparados, há um centro de acolhida impressionante que eu tive lá. Isso muda o ponto de vista assim totalmente de como veem a sociedade. Saberem os seus direitos é muito bom.

Não há muito que dizer. A impressão que fica do Sr. Prefeito e dos seus representantes é que a gente não tem muitas respostas de S.Exas. Ficam no ar. Somente, infelizmente há o mau caratismo e o desserviço para a nossa sociedade periférica.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Eugídio, do Fórum de São Mateus.

O SR. EUGÍDIO – Boa tarde à Mesa composta, Mesa importante de luta. Boa tarde aos Srs. Secretários que estão aqui. É importante as presenças de V.Exas. A gente fala isso, Srs. Secretários, para que o Sr. Prefeito Bruno Covas entenda que esta aqui é a casa do povo, para o povo e com o povo.

Vejam, nós, do fórum de São Mateus, estamos na região extrema de São Mateus. Sr. Secretário, nós somos lá, Sr. Secretário, sete Cedesps. São Mateus, dentro do mapa da vulnerabilidade social, está perdendo para um distrito da zona Sul. São Rafael é o segundo do mapa da violência, infelizmente. Por que eu falo isso? Eu aprendi, no banco da escola, que a Assistência Social é para assistir a quem precisa. Vejam: Em tempos de crise, desemprego e baixa renda é automático o aumento de pessoas que vão precisar da assistência. Vejam que conta simples. Se há aumento da pobreza, é preciso haver aumento da assistência, que vai combater a violência, as mazelas. Então, gente, queria aqui concluir dizendo que nós, do Fórum de São Mateus, vamos continuar firmes na luta, acreditando no Governo do Sr. Prefeito Bruno Covas, porque o que importa aqui, nesta audiência hoje é isso, é uma resposta concreta, de que vai sim voltar atrás dessas medidas que são, no mínimo, absurdas. (Palmas)

Mais, eu espero que o Governo tenha sensibilidade de olhar para São Mateus, do Leste ao Sul, no extremo da Cidade, em todos os territórios, e dizer: “Nós não queremos mais jovens nas ruas, na violência. Não queremos mais jovens na criminalidade das drogas. Queremos jovens dentro da escola e dentro dos Cedesps”.

Muito obrigado. (Palmas) Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Geraldo, do GT Cedesp.

O SR. GERALDO – Boa tarde a todos. Sra. Presidente, eu não queira falar muito, porque muitos já sabem das minhas colocações. Primeiramente agradeço muito aqui o Fórum da Assistência Social, o Conselho Municipal da Assistência Social, o GT Cedesp, que se

reuniu, nesse tempo todo aqui, com muita luta, com muita briga; e é difícil. Agradeço também a Comissão da Criança e do Adolescente, em nome da Sra. Vereadora Juliana Cardoso, que nos tem colaborado muito. Quero também agradecer, fazer um agradecimento - quem me conhece sabe que isso é de coração mesmo, porque é difícil eu fazer esse tipo de agradecimento, mas não tenho como não reconhecer neste momento. Fizemos uma reunião ontem e deu tudo certo - à Guarda Civil Metropolitana, em nome da Comandante Rejane, Inspetora da Câmara Municipal de São Paulo, e todo o efetivo que nos ajudou hoje aí. Foi muito bacana para a condução da audiência pública aqui hoje.

Eu vou ser bem sintético mesmo, até porque eu quero ouvir a fala do Governo aqui hoje presente. Vou partir do princípio. Eu acho um absurdo, para quem recebe de alimentação 1,96 real ou, no máximo, 10,65 de *per capita*, já haver um decreto para variação, se dá para cortar mais ou não; ou seja, 1,96 por dia ou, no máximo, 10,65 para quem almoça, janta e toma café. Já acho um absurdo haver uma variação, se dá para cortar ou não. Eu acho que não dá comprar nada aqui fora por dez reais e 65 centavos. Pelo menos, para o almoço não dá, acredito eu. Quanto mais almoço, café da manhã e janta, mas é assim que colocam para a gente. Então, já acho um absurdo aí. A partir daí, fizemos diversas manifestações. Inclusive, há uma agora que culminou agora no dia 25 de maio. Levamos aí quatro mil pessoas para as ruas ou mais e fomos à frente da Prefeitura. Fomos recebidos pelo Governo, só que não pelo Sr. Prefeito, na ocasião, que agendou conosco na última terça-feira. Queríamos receber S.Exa. e lamentavelmente não nos recebeu. A reunião foi cancelada, com a justificativa de o titular da pasta não poder atender, mas o titular da pasta, até agora, não conversou com a gente. Não tivemos nenhum diálogo com o titular da pasta, com muito respeito que eu tenho inclusive com o Sr. Marcelo, que vem nos acompanhando. Ele poderia acompanhar a reunião muito bem. Ele sabe disso, tem propriedade. Já acompanha há muito tempo. É conhecedor dos nossos assuntos. Nem coloco a sua culpa nessa questão, mas lamento o não acontecimento da nossa reunião. Partindo para os Cedesp, é muito lamentável primeiro haver um corte de 20 milhões, depois haver um corte de dois milhões e houve outro corte, que também pega os Cedesp, de

mais dois milhões, que é do Convívio e Fortalecimento de Vínculos. Esse é o Cedesp. Nós trabalhamos com convívio e fortalecimento de vínculos. Nós não fornecemos só cursos. Toda essa molecada que veio aqui falou sim dos cursos. Falo da importância do Cedesp, por ele trabalhar o convívio e o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários, porque esse é o nosso diferencial, inclusive na Assistência Social; e é por isso que nós somos Cedesp. Caso contrário, poderíamos ser qualquer outra coisa, poderíamos ser Senai, poderíamos ser um local de Etec. Nada contra quem oferece curso. Cada um tem o seu papel na sociedade, mas o nosso papel é construir o convívio e o fortalecimento de vínculos sociais e familiares. Então, é muito importante, além do fornecimento de curso, além da preparação do mundo do trabalho.

Então, é muito importante a presença do Cedesp. Estamos aí com 24 milhões no total de corte anunciado. Temos uma insegurança, uma insegurança de trabalho, uma insegurança de continuidade. Não sabemos o que vai ser de outubro em diante. Ninguém sabe. Não sabemos se vamos ter formatura no final do ano. É lamentável. Não sabemos se vamos iniciar uma turma e essa turma vai continuar, vai terminar. Então, é uma insegurança muito grande. Então, queríamos resposta em relação a isso. Tenho muito respeito a todos aqui na mesa, mas queríamos também que as pessoas da mesa tivessem o mesmo respeito pela gente também e não gostaria de sair daqui hoje sem algum tipo de resposta mínima ou alguma agenda imediata com o Sr. Prefeito, para se sensibilizar em relação a isso. Não podemos nos esquecer que hoje vence o prazo da análise do decreto que permite o corte geral de toda a Assistência Social. Hoje vence o prazo.

Só para encerrar, esses 24 milhões, pasmem, não foram para a Saúde, não foram para a Educação. Mesmo que fossem, eu não iria concordar neste momento, nós estamos precisando de dinheiro na Assistência Social. Foi para o asfalto, para as subprefeituras, então isso me espanta. Tirar investimento de pessoa e colocar no asfalto. Nada contra, tem de investir em asfalto também, mas tem outras formas de construir, não tirar da Assistência. Pode pegar uma empresa, colocar uma placa, mas tirar da Assistência, de onde não tem acho que é o fim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Cometi um engano, depois do Geraldo era o Carlos, mas ele falou que espera os meninos falarem.

Você se apresenta de novo, por favor.

O SR. GIOVANI – Boa tarde, meu nome é Giovani, estou aqui representando o CCP Santa Úrsula. Já mostramos muita estatística para vocês, então vou dar um depoimento. Fui criado no meio da violência extrema. Fui educado nas ruas de São Mateus e Aricanduva, apanhando, sem esperança e o Cedesp, mais especificamente o Santa Úrsula, me deu a esperança de ter uma oportunidade, um emprego.

E não só um emprego, uma profissionalização, mas me deu a esperança de ser uma pessoa, um homem, uma mulher. Todo mundo aqui está tendo essa oportunidade, todo mundo aqui está aprendendo a ser um ser humano. E que o nosso Prefeito mostrou mais uma vez para nós que é covarde, não é homem o suficiente para enfrentar a força do Cedesp e da Assistência Social.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Jéssica.

A SRA. JÉSSICA – Boa tarde, eu sou Jéssica, tenho 16 anos e faço parte do CCP Santa Úrsula. Desde pequena acompanho a Assistência Social e vejo que muda a vida de várias pessoas e comunidades. Esse corte de verbas na verdade é um corte de oportunidades, de direitos, das pessoas receberem amor, acolhimento, o corte de alguém ter uma família.

Outra questão que quero levantar, São Paulo é uma Cidade que tem alto índice de desempregados e o Cedesp já proporcionou para muitas pessoas um acesso ao mercado de trabalho. Então com a retirada de verbas obviamente alguns Cedesp podem fechar, porque a capacidade de educandos terá de ser diminuída e com isso também irá impactar a taxa de desemprego.

Então digo “não” ao corte. Não apoio. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Emerson. Depois do Emerson, o Carlos, do GT Cedesp.

O SR. EMERSON – Boa tarde. Boa tarde Cedesp. Sou o Emerson lá do Tabor. Já apresentamos o que é o Cedesp na vida de todo mundo e de verdade o negócio é bom. Sabemos que é muito bom.

Vim aqui só para dar um recado para o Governo. Essas pessoas se organizaram e não vieram aqui ouvir outra coisa que não seja a devolução imediata dos 24 milhões para o Cedesp. Essas pessoas, os nossos jovens e adultos não vão aceitar a redução de nenhum Cedesp na Cidade e de nenhum serviço da Assistência Social como já vem acontecendo. Nós desejamos, queremos e exigimos do Governo, afinal de contas o recurso é público e o que tem de voltar para a Cidade é a ampliação do serviço. Não é o contrário disso.

Muitíssimo obrigado, jovens e adultos e vamos à luta. A gente não desiste fácil. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Carlos Nambu, Movimento Nacional das Entidades de Assistência Social e representante do GT Cedesp.

O SR. CARLOS NAMBU – Cumprimento todas as autoridades na pessoa da Vereadora Juliana. Primeiro quero colocar uma questão importante, confundem o Cedesp como uma receita para o desemprego.

O Cedesp não é receita para desemprego, é um dos caminhos. Quem tem de dar a receita para o desemprego é o Poder Público e não o Cedesp, que é um dos caminhos para essa questão. É uma preparação para o mundo do trabalho e para a vida, vocês viram as declarações dos jovens, na verdade, o Cedesp é um dos serviços especiais dentro da Assistência Social.

Já ouvimos falar: Cedesp é trabalho. Isso desde 1990 até 2001. A partir de 2001 até 2008, quando cansamos dessas falas, de 2008 até 2013 nós comprovamos e provamos uma construção dessa política pública do Cedesp dentro da Assistência Social, porque ele é mais do que a qualificação do trabalho, é preparação para a vida.

Em 2013, quem participou da mostra que fizemos no Cenlep, lá nós comprovamos o verdadeiro serviço de excelência que é o Cedesp. Em 2014, resolução do Comas

normatizando o Cedesp na cidade de São Paulo. É o único serviço dessa natureza tipificado no Brasil.

Então, Sr. Secretário da Assistência, Casa Civil, Secretaria de Governo, é importante termos o Cedesp como um dos carros chefe dentro da Assistência Social, porque essa construção não é de nenhum partido e vem desde 1990. Felizmente acompanhei desde 1990, não que eu seja velho, mas acompanhei desde 1990 até hoje. Pensei que já tinha acabado toda essa discussão sobre o Cedesp, aí voltou depois de tantos anos, 29 anos falando de Cedesp.

E para finalizar, deu para perceber nesta audiência pública que o Cedesp não é só qualificação profissional. É preparação também do cidadão. A participação cidadã que esses jovens fizeram falando ali no ambão, olha, ninguém faz isso. Faz gente?

- Manifestação do público.

O SR. CARLOS NAMBU – E todos esses jovens são o futuro da construção da política pública da Assistência Social.

- Manifestação do público.

O SR. CARLOS NAMBU – Quero finalizar minha fala, nós do GT Cedesp – vou passar esse restante de tempo para a Rosana – vamos entregar para todas as autoridades um documento do Cedesp. Nós cansamos de consultar e agora estamos solicitando ao Ministério Público, às secretarias de Governo, providências em relação a toda essa questão. E só temos uma solicitação aí com mais de 36 mil assinaturas. Então o Cedesp está vivo, não está?

Para ganharmos tempo vai ser entregue. Leiam a primeira parte do ofício que é uma solicitação. Vamos pedir o protocolo de todas as autoridades e ali dentro tem toda a história e o que é o Cedesp.

Somos mais Cedesp.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Carlos. Anuncio a presença do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Vereador Eduardo Tuma, que também vai receber uma pastinha. Não sei se vocês estavam aqui numa outra audiência que o Presidente

também estava presente e se comprometeu a nos ajudar nessa audiência pública. Então hoje também somou um pouco nessa relação para que as Secretarias estivessem aqui presentes. Obrigada, Presidente.

O SR. EDUARDO TUMA – Parabéns, Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Alfredinho, agradecer também a presença dos servidores da Prefeitura.

A Vereadora Juliana já havia me apresentado esse pleito, ela tem feito constantemente junto com os colegas, vejo aqui o Vereador Alfredinho também, reuniões para lutar contra o contingenciamento, o corte no orçamento de SMADS. E é um pleito nosso também e temos levado isso ao Prefeito Bruno Covas que tem se demonstrado sensível.

Então é uma construção que faremos, não tenham dúvida disso, fundamentalmente na discussão da lei orçamentária que também já está se avizinando. Para deixar vocês cientes, votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias em primeira votação. Da primeira para a segunda a lei ganhará emendas, alterações, e essa é uma que será incluída no texto já preparando para a lei orçamentária anual.

Então pedir uma salva de palmas para a Vereadora Juliana Cardoso e Vereador Alfredinho. Muito obrigado

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho importante registrar - em que pese o Partido do Presidente, o PSDB – que esta Casa, em 50 anos, tem o seu primeiro Presidente jovem, 38 anos. É sempre bom, para vocês jovens, saberem que é possível chegar e ocupar espaços importantes.

Tem a palavra o Daniel, do CCP Santa Úrsula. Depois o Marcos Antonio, do Instituto Dom Bosco e o Claudecir, do Cedesp Bom Retiro. Peço que os inscritos se apresentem, por favor. Depois dos oradores do plenário, vamos passar a palavra para o Natanael, do Comas.

Quem é o próximo? Claudecir.

O SR. CLAUDECIR – Senhoras e senhores, boa tarde, gostaria de fazer uma pergunta aos excelentíssimos Vereadores, ao Secretário, e gostaria também de fazer essa

pergunta diretamente ao Prefeito. Por que querem rasgar os nossos direitos diante da nossa cara, com o corte de verbas do Cedesp.

Quando cheguei ao Cedesp, achei que era simplesmente fazer um curso e ir embora. E não é bem assim, o Cedesp trabalha com a formação humana, trabalha com a pessoa integralmente, no integral mesmo: no físico, no pessoal, em tudo, no psicológico principalmente e as pessoas saem dali não só formadas profissionalmente, mas sim prontas para serem reintegradas às empresas, ao profissionalismo. (Palmas)

Não vamos permitir que o nosso direito seja tirado de nós, que seja rasgado em nossas caras. Votamos democraticamente e colocamos os vereadores nesta Casa para trabalharem em nosso favor e não contra nós. Queremos também pedir aos senhores que nos ajudem, que trabalhem em nosso favor. Por quê? Porque nós vamos lembrar de vocês no dia das eleições também, e se nos disserem não hoje também saberemos dizer não no dia das eleições.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Esqueci de anunciar que temos intérpretes de libras e gostaria que dessem um “oizinho” a Silvia e ao Marcos. Só os dois estão aqui, até por conta da TV Câmara, pois estamos realizando audiência e para que outras pessoas também possam acompanhá-la.

Tem a palavra o Sr. Marcos Antonio Garcia.

O SR. MARCOS ANTONIO GARCIA – Pessoal, boa tarde a todos os presentes na Casa hoje, aos vereadores. Estou aqui com muita indignação, como todos estão, a respeito desse decreto feito pelo Prefeito nosso. A nossa população paulista novamente vai para as urnas fazer o voto, sempre acreditando que o nosso estado, que o nosso país vai melhorar e, para a surpresa de todos, nós conseguimos receber algumas apunhaladas diante da sociedade.

Eu fiz um texto e gostaria de ler, vai ser rápido, só para que todos tenham discernimento de como essa redução do Cedesp vai afetar toda a sociedade. Para vocês terem

uma ideia, eu me considero jovem, estou com 55 anos e o Cedesp me abriu as portas. Tive que ficar esperando, amargando uma espera de dois anos para eu poder conseguir uma vaga, para vocês terem uma ideia de quanto é eficaz e bom para a população.

Então, “como representante ou um dos representantes do Instituto Dom Bosco, do Bom Retiro, quero registrar a indignação da população contra o Decreto 58.636/2019, que determina cortes que afetarão a qualidade da prestação dos serviços ofertados para a população nas áreas da assistência social e saúde. Se o corte se concretizar, as organizações não vão conseguir se sustentar. Com a redução da verba a continuidade do serviço será inevitável. Nesse momento em que a gente enfrenta tanto desemprego, a falta de política pública em algumas gestões, retirar o recurso de pastas como saúde, assistência social e serviço é simplesmente decretar a morte para a população mais vulnerável, que precisa e vai buscar esse serviço. Isso demonstra uma falta total de compreensão da nossa Prefeitura sobre as necessidades de políticas públicas da classe trabalhadora. Por isso, nobres Vereadores, precisamos lutar contra esse decreto, que tanto prejuízo trará à nossa população, já tão desprotegida”.

Muito obrigado. A voz do povo é a voz de Deus. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Wellington, que falará no lugar do Daniel, que não passou bem.

O SR. WELLINGTON – Boa tarde. Meu nome é Wellington, sou educador do CCP Santa Úrsula, sou assistente social da Nossa Senhora do Bom Parto.

Vou falar um pouquinho como funciona a história. O jovem, quando chega dentro da nossa instituição, vem numa situação de vulnerabilidade, totalmente fraco, a sua família completamente destruída, então o que acontece? Ele vai à entidade, ao Cedesp, em busca de uma solução, em busca de um sonho ou até mesmo se recolocar no mercado de trabalho. E, se tirarem essa verba do Cedesp, onde esses jovens irão parar?

Então, a gente simplesmente não quer essa redução por conta disso e também porque, querendo ou não, é um serviço importante para todos nós. Acredito que se tirarem

esse serviço do jovem, simplesmente ficará numa condição desfavorável, completamente vulnerável e a gente não sabe o que vai acontecer com ele. Então, é importante mesmo esse serviço e devemos acreditar que não retirem esse serviço e na redução desses valores. Só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora eu passo a palavra para o Comas, representante Natanael e depois tem o Alan, que vai falar pelo FAS do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas. E os últimos três inscritos da nossa plateia acho que são: a Indara, de Sales Rodrigues; o Israel Divino, do Instituto Dom Bosco e o último eu juro que não estou entendendo, Vagner ou Rafael, talvez. Enfim, vou deixar aqui e depois veremos.

Tem a palavra o Sr. Natanael.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Em nome da Juliana, cumprimento toda a Mesa. Agradeço ao FAS, porque está sendo um parceiro desde o começo conosco, à Comissão da Criança e do Adolescente, ao GT Cedesp, que vem somando com o conselho nesses últimos momentos.

Então, só vou fazer um breve relato do que está acontecendo no conselho. Ah, esse aqui é o nosso símbolo de quando foi implantado o Cedesp, a gente conseguiu normatizar na cidade de São Paulo. Então a gente tem o robozinho em 2014, quando foi normatizado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Alan, coloque aqui.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Desde fevereiro de 2019, quando o Prefeito solta o primeiro decreto, que acaba cortando a despesa e todos os serviços, o conselho já vem se mobilizando, mandou consulta ao Ministério Público se o decreto é legal ou ilegal, onde afetaria a cidade de São Paulo com esse corte. Logo em seguida, vieram os outros dois decretos, o de 22 e o de dois milhões, a questão do Cedesp.

Nessa questão do Cedesp, o conselho já teve de atuar mais rápido. Por quê? Foi um decreto específico cortando dinheiro do orçamento, o conselho aprovou um orçamento ano passado e estava prevista a realização do serviço até final de 2019. Então, o orçamento até o

final de 2019, o conselho imagina que o dinheiro iria ter. O surpreendente foi quando apareceram esses dois decretos cortando recurso.

Então, desde essa época o conselho fez reuniões no GT Cedesp, a gente participou das audiências com o FAS na Câmara Municipal. A gente participou da mobilização dos atos em questão do corte do decreto, para acabar com o decreto. Fiquei surpreso semana passada com uma matéria do G1, que dizia que tinha 45 milhões para a fonte Cedesp. Se tem 45 milhões para a fonte Cedesp...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Não, não é onde está. A gente vai acabar antes de setembro. Se a gente tem um gasto de seis milhões por mês, seis vezes doze dá quanto? Vai dar 72, então vai ter 45 milhões, então no meio do ano o Cedesp não continua. Em cima disso, na última reunião fizemos um ofício pedindo auxílio ao Ministério Público, à Defensoria, para poder verificar como conseguimos reaver esse dinheiro que saiu da assistência.

Em muitas coisas fui contemplado com a fala da Rosana, do GT, o conselho vem participando da construção e vem acompanhando. Vem a preocupação também do Cedesp, o conselho já encaminhou um ofício para SMADS sobre a questão dos editais. Há um prazo de seis meses para soltar um edital e já estamos no prazo de cinco meses. Esses 32 Cedesp que vencem em outubro, o que será deles? Vão fazer a matrícula a partir do dia 1º de julho? Não vão fazer a matrícula? Vão continuar? O curso vai encerrar no meio do ano? Não vai encerrar no meio do ano? Vai encerrar em outubro? Não vai encerrar em outubro? Vai ter continuação? Isso o conselho também não sabe. O conselho solicitou da SMADS quando vai sair esse edital.

Outra preocupação também é a questão do prazo do primeiro decreto. O prazo vence hoje, o decreto vai ser suspenso? Não vai ser suspenso? Porque em cima disso o conselho já tem que ir para um segundo plano. Acho que é isso no momento, revoga já o decreto. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Agora passo a palavra ao Alan,

Coordenador do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS.

O SR. ALAN – Também coordenador adjunto do nosso Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo, o FAS oficial. Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa da Vereadora quero cumprimentar toda a Mesa, parabenizar por mais essa iniciativa, sempre com a gente e sempre na luta, sempre com o pé no chão. Estou bastante indignado, bastante revoltado e acho que tem mais gente aqui que está também, não está?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALAN – São 55 vereadores nesta Casa. Aqui tem o nome da Casa do Povo, mas é onde eles deveriam estar prestando os seus serviços. Cadê esses vereadores? Quatro, se não me engano, marcaram presença aqui hoje. Será que a gente pode puxar um corinho para fazer esta Casa escutar que nós estamos aqui? “O que nós queremos? Nenhum direito a menos. O que nós queremos? Nenhum direito a menos”.

Iniciar, então, a minha fala com esse recado para todos os vereadores da Casa, e para o Prefeito, que usou de uma desculpa no mínimo muito infeliz para desmarcar a nossa reunião. Já conversei particularmente com o Secretário interino e considero da minha parte um desprestígio à pessoa dele justificar o desmarcar da reunião do Prefeito com o Fórum, com os demais secretários e com os vereadores por uma licença de um prefeito que está chegando agora, nem tirou o paraquedas das costas, enquanto este aqui tem conhecimento de causa, vem recebendo a gente, vem dialogando com o Fórum de Assistência Social. Então, fica aqui o repúdio, esse ato de desrespeito, esse tapa na cara não nosso, não em nós, mas em toda a assistência social na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, a minha fala não vai ser sobre Cedesp, apenas, porque o desmonte é geral na assistência e é geral nas políticas públicas. Então todo mundo está com a corda no pescoço, todos estão no mesmo barco. Se esses cortes não cessarem, a assistência vai parar. Esse é o recado da cidade de São Paulo, é para isso que nós estamos trabalhando.

E nesse sentido, quero chamar a atenção de todos aqueles que têm autoridade para poder cumprir e ajudar fazer cumprir com as leis. Sabemos que dentre essas autoridades

que estão com esse objetivo, com essa meta, com essa função, têm aqueles que se destacam, tem aquela exceção de sempre, ou aquelas exceções. Aqui no Parlamento já vimos qual é a exceção.

O Dr. Eduardo Dias, do Ministério Público, sempre foi parceiro, sempre esteve conosco aí à frente das lutas, nos ajudando, nos orientando e também cumprindo com seu papel, mas muitos, Infelizmente, ainda não acordaram para essa realidade. O papel dos Vereadores desta Casa é fiscalizar os atos do Poder Legislativo. E nesses governos de coalizão, de toma lá, dá cá de cargos para postos, no Governo e na Prefeitura, esse papel fica esquecido; quando não, não é cumprido.

Onde está o cumprimento da Legislação Federal, da Lei Orgânica da Assistência Social, da Norma Operacional Básica da Assistência Social, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos? Onde é que está sendo garantindo o cumprimento dos mínimos necessários, garantida a Lei Federal 12.435, a lei que institui o Sistema Único de Assistência Social? Onde estão as recomendações do Tribunal de Contas da União, que reconhece a atribuição do Conselho Municipal de Assistência Social de analisar a proposta orçamentária a ser entregue pelo Executivo? A Constituição está sendo rasgada, as demais normas e legislações e as resoluções dos conselhos estão sendo afrontadas e desrespeitadas.

O Conselho Federal, num ato unilateral, acaba de aceitar por ordem de um Ministro de um Governo que eleito foi, mas que não está acima da lei; ao contrário, teve que jurar à Constituição para tomar posse, perdendo o Direito das conferências.

Então, o nosso protesto fica para aqueles que estão fechando os olhos às suas obrigações. O Conselho Municipal, concluindo, não tem as suas atribuições respeitadas, ao contrário, são cotidianamente desrespeitadas. Toda essa discussão de tira verba daqui, enfia a mão na verba de lá, tira de gente para colocar no asfalto, não passou pela atribuição do Conselho, aliás, que eu saiba ainda não está feita, desde o início da atual gestão, desde lá dos tempos de Doria, a prestação de contas trimestral que o Governo tem de fazer da execução orçamentária do orçamento da Assistência Social no Conselho. Não presta contas. Tira para

cá, joga para lá e faz as pessoas, que estão na Assistência Social, que estão em situação de vulnerabilidade maior ou menor, que já não foram atendidas pelo conjunto das políticas públicas, gato e sapato.

Revoga já esse decreto. Para com essa brincadeira e garante a dignidade ao atendimento público de qualidade na Assistência Social, já. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Gostaria de anunciar a presença do Ivan, da Pastoral do Menor, da Arquidiocese de São Paulo. Obrigado pela presença. (Palmas)

Agora nós temos para falar a Iandara, é isso? Eu estou errando bastante o nome de vocês. Logo em seguida o Israel e depois o Vagner. Aí eu encerro as inscrições.

A SRA. IANDARA – Boa tarde a todos. Sou educadora do Cedesp Vila Paulistana, e Bom Retiro. Sou educadora de inglês. Tomara que daqui um tempo tenha em todos os Cedesp também, que é algo novo. Eu sou cria do CCA Provim. Fui do Provim de 99 a 2007. Minha mãe ela era mãe solo, e ela tinha eu e mais três, contando com meu gêmeo, tudo a gente fazia grudado. Se não fosse o CCA, eu não sei o que aconteceria com a gente, porque ela tinha que trabalhar na Prefeitura e não tinha com quem deixar. Então eu sou muito grata ao Cedesp. E aí eu sou tão grata que voltei como educadora.

Não vou falar que o Prefeito tem que tomar vergonha na cara porque acho que isso ele deve saber. Não sei como ele consegue dormir à noite com a consciência que ele tem. Esse corte não faz sentido. Ele é cruel. Ele é maldoso, porque ele é desumano, porque no ano passado só de arrecadação de impostos aqui em São Paulo teve mais de dois trilhões. E aí eles resolveram tirar 22 milhões para colocar em asfalto. O que aconteceu com esses mais de dois trilhões que eles tiraram? Porque eles sabem que a população às vezes nem tem acesso para saber disso. E só agora neste ano bateu em um trilhão. É só vocês entrarem no *site* do Impostômetro que vocês conseguem ver. Além dessa arrecadação de mais de dois trilhões, eles ainda permaneceram com um rombo de 100 bilhões na cidade de São Paulo.

Então para onde vai esse dinheiro? Vai para o bolsinho dele e com certeza dentro do travesseiro dele. Eu só queria pontuar isso, e vamos continuar na luta até não ter mais essa

redução. Muito obrigada, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Quero anunciar a presença do Vereador Rodrigo Goulart, que também fez emenda junto ao Orçamento em relação ao Cedesp de cinco milhões, mais infelizmente não foi contingenciado. Se você quiser pode ficar para usar a palavra, depois do Israel. Obrigada, Vereador.

Tem a palavra o Sr. Israel.

O SR. ISRAEL – Muito boa tarde a todas e todos. Boa tarde, Cedesp.

A verdadeira sensibilidade está aqui. Porque quem sente o peso desse corte nefasto do Sr. Bruno Covas é essa galera aqui, hoje, que está ocupando este plenário e os outros que estão no plenarinho.

Se há sensibilidade, nesta cidade, somos nós, que estamos lá na ponta, todos os dias no serviço que sentimos o quanto dói, o quanto pesa, o quando fere quando a gente olha para os rostos dos nossos atendidos, das nossas famílias, dos nossos colegas enquanto educadores e também dos nossos gerentes de serviço, diante da incerteza, do medo. Se hoje nesta cidade quem não dorme, quem não tem paz, somos nós que estamos na rua. Porque a gente não sabe se amanhã, quando acordarmos, vamos encontrar o serviço fechado com uma plaquinha escrito: já era! Perdeu, se vira! Porque essa é a condição que esse decreto maldoso do Sr. Bruno Covas nos coloca.

É fato que historicamente o Executivo tem certa dificuldade de conhecer o nosso chão, mas me parece que o Sr. Bruno Covas está dando de 10 a 0. Porque qualquer cidadão que tenha o mínimo de conhecimento da importância dos serviços do Cedesp, que tenha conhecimento da importância do Serviço da Assistência Social para uma Cidade do tamanho da cidade de São Paulo, jamais, em hipótese alguma, teria pensado na possibilidade de tirar recurso, muito pelo contrário. Se o Executivo estivesse comprometido com direitos e com a garantia de dignidade dos munícipes, teria investido mais recursos, ampliado recursos.

Se hoje nós estamos aqui - e não é de hoje que nós, da Assistência Social, estamos na luta -, estamos ocupando as ruas desde o começo deste ano, temos feito ações

desde que esse maldito decreto foi publicado no *Diário Oficial*. O decreto foi publicado numa sexta-feira, a gente passou o fim de semana se articulando e aí começamos a luta, tentando sensibilizar o Sr. Bruno Covas. Essa sensibilidade que o Presidente da Câmara tão pomposamente falou que o Prefeito tem, nós não vimos.

Se precisar a gente contribuir para ele se tornar mais sensível, não tem problema, nós paramos a Assistência Social, nós vamos acampar lá na porta da Prefeitura e de lá não saímos enquanto esse maldito decreto não for revogado. A Assistência Social não dorme no ponto. A Assistência Social trabalha com a garantia de direitos e disso nós não vamos abrir mão. É a nossa marca e se for preciso nós vamos para a rua, porque nós sabemos fazer luta. Nossas conquistas vieram das lutas, nossas conquistas vieram da organização popular que ocupou as ruas. Isso nós sabemos fazer e, se precisar, nós vamos fazer de novo.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Nós tivemos 20 inscrições, todos falaram da Mesa. Foi bem produtivo e rápido. Queria que já ficassem perto a Neide, do Cedesp São Benedito, a Giovana Cristina, do Cedesp São Benedito, e o Vagner. Sim, já podem vir fazer o seu pronunciamento.

O SR. VAGNER – Boa tarde. Agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui na presença dessas celebridades, especialmente do Padre Rosalvino, que é especial, da obra Dom Bosco.

Essa obra social começou há mais de 40 anos. Ela forma jovens e adultos como cidadãos brasileiros. No começo não tinha toda a ajuda que tem agora, porque os políticos veem uma boa obra e se espelham nela, aí eles dão com uma mão para tirar com as duas. Eles não respeitam o trabalho do Cedesp, não respeitam o trabalho da Assistência Social, porque eles sabem que é uma obra maravilhosa, é uma coisa que eles não podem fazer. Por que eles estão querendo cortar isso aí? Porque eles não têm peito para fazer o que o Cedesp faz, o que os educadores fazem, a atenção, o carinho, o amor que os educadores dão para nós. Eles vão deixar muitas famílias à mercê da necessidade de tudo. Eu queria só pedir

encarecidamente, com amor, com carinho, que eu não tenho partido nenhum, meu partido, se eu fosse formar, era o partido dos educadores, porque eles que formam a gente, eles que fazem as pessoas, eles tiram as crianças, ensinam as pessoas. Eu queria que esses deputados e vereadores sentissem o que está passando essa juventude, quantos jovens estão morrendo aí, quantas crianças, quantos velhos estão morrendo na rua. Eu queria que eles tivessem mais sensibilidade, sentissem no coração a necessidade dessas crianças e do Cedesp. Só isso.

Obrigado, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Já está aqui a Neide, do Cedesp São Benedito, e a Giovana Cristina, do Cedesp. Vocês são quatro, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só as duas. Podem vir.

A SRA. NEIDE – Boa tarde. Meu nome é Neide, estou representando o Cedesp São Benedito. Gente, eu vou passar só um pouquinho do que eu conheci, do que eu aprendi.

Eu estava em casa, sou aposentada, ganho pouco, e é a oportunidade que encontrei para ampliar meus conhecimentos. Eu fui só para fazer um curso e eu fui tão bem acolhida. A inclusão que o Cedesp dá, o respeito que eles têm por nós, isso não tem preço. Então eu penso que esse dinheiro que eles estão tirando da gente eles podem gastar lá na frente com cadeias, com gente sofrendo, com gente morrendo, porque a educação é o único caminho de a gente fazer a transformação.

Esse poder é nosso, é do povo, é pelo povo que eles estão aqui no poder, só que eles não são povo. Nós somos a maioria e nós não temos ideia do poder e da força que nós temos. Eu tenho certeza de que nós, unidos, porque não somos só nós aqui, temos família, então eles vão precisar dos nossos votos. Se eles não fizerem por nós agora, eles vão sofrer as consequências lá na frente.

A gente tem o poder de transformar, basta a gente querer.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Neide.

Só uma pequena correção, Neide. Somos poucos vereadores do povo, mas ainda somos 10%. Quem sabe, quando formos 50% mais um, conseguimos fazer a revolução.

Agora tem a palavra a Giovana.

A SRA. GIOVANA – Boa tarde.

Meu nome é Giovana, tenho 15 anos e faço parte do Cedesp São Benedito, na zona Norte.

Muito do que eu queria falar já foi falado, mas algo que eu queria deixar bem claro é que, num país em que só em São Paulo temos 3,7 milhões de desempregados, deveríamos investir em cursos que dão possibilidade de termos emprego e que nos proporcionam tantas experiências, e não reduzir.

Eu já fiz dois cursos, Organização de Eventos e Comércio e Empreendedorismo, e posso dizer com toda a clareza que tanto meu pessoal como meu profissional melhoraram muito. Então vai ter luta. Não tirem isso de nós.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Muito bem.

Tirando a Mesa, falaram 24 pessoas, então foi bem interessante. São 17h, agora quero devolver para os secretários e para o Dr. Eduardo Dias. Começamos com o Secretário de Assistência Social Marcelo.

Só quero dar uma informação. Não sei se vocês sabem, mas aqui na Câmara tem um restaurante-escola, e é um Cedesp, e aqui vai encerrar no dia 31 de julho de 2019. Hoje, por exemplo, estávamos almoçando aqui embaixo. Há dois ou três dias os alunos saem para fazer a formação teórica. Então eu vi a correria dos funcionários que já são da Casa, porque ele já não estava aqui para fazer o curso teórico. É um serviço importante.

Aqui na Câmara eles têm experiência da relação com o Restaurante Escola e a gente recebe todo mundo, em caráter nacional e internacional. Esse projeto é uma realidade na Câmara Municipal.

Secretário de Assistência, obrigado pela sua presença. Estamos aqui para poder ouvi-lo. A ideia seria 10 minutos, mas como queremos muito ouvir sua explanação, fique à vontade. Da mesma forma aos Secretários que estão presentes.

Obrigada. (Palmas)

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL - Boa tarde Vereadora Juliana, Vereador Alfredinho, Vereador Tatto que passou por aqui, Presidente Eduardo Tuma, Vereador Rodrigo Goulart; membros dos fóruns que estão presentes, o Conselho; Dr. Eduardo Dias, do Ministério Público; alunos e todas as pessoas que nos acompanham e que são da assessoria dos Vereadores. Quero também cumprimentar a Coordenadora da Proteção Básica e sua equipe, que estão conosco no dia de hoje me acompanhando. Cumprimento todos em nome do Padre Rosalvino com quem já tenho falado várias vezes, há muitas semanas, a respeito desse assunto.

Estou como Secretário Adjunto, mas, no dia de hoje, respondo pela pasta. O Secretário Cláudio tirou uma licença por motivos pessoais, de saúde.

Tenho acompanhado desde o início, mesmo como Secretário Adjunto, com o outro Secretário, várias audiências públicas nesta Casa, como também recebendo tanto as pessoas que fazem parte das organizações, como também os usuários na Secretaria.

Há uma grande discussão, lógico que vou me ater hoje ao Cedesp, mas foi falado também de outros equipamentos da Assistência Social, como foi dito sim é a maior rede de assistência social da América Latina. Um número de mais de 1.200 termos de colaboração, com mais de 360 organizações, com equipamentos que não foram colocados por governos A, B ou C, mas pela Prefeitura de São Paulo em diversos governos que os instalaram em diversos locais e foram trabalhados.

Alguns, como foram citados aqui, por exemplo, o Cedesp como foi desenhado já teve outros desenhos. Várias pessoas formadas vindas do CCA e que hoje mesmo sendo uma normativa federal, como foi dito aqui, tanto o Cedesp como o CCA também, foi aprovada, creio que em 2014, pelo Comas, essa tipologia do Cedesp.

Eu gostaria só dizer para vocês que eu entendo, a rede é muito grande fora os parceiros que estão aqui. Há usuários e parceiros que trabalham no dia a dia dessas organizações. Fico muito à vontade para dizer, porque eu tenho rodado bastante essa rede.

Estou na Secretaria desde novembro, do ano passado, tenho rodado e ouvido. Nós estamos sim tentando combater todos os problemas que existem. É lógico que algumas questões relacionadas, como eu disse, é uma prefeitura. Até porque os governos passam, como você está dizendo do prefeito de hoje, o prefeito anterior passou. Outros prefeitos passaram assim como os funcionários. Eu não sou funcionário de carreira, eu também vou passar.

Quero colocar isso para vocês, porque às vezes, como eu tenho de assumir essa questão como Secretário Adjunto, hoje respondendo pela pasta, mas existem vários colaboradores da Secretaria da Administração Direta, alguns que estão aqui e outros trabalhando dia e noite, quase mil colaboradores que estruturam e seguram essa Secretaria.

Independe do Secretário que está e, como foi dito, que a Secretaria de Assistência Social ia acabar ou se juntar com outra Secretaria. Isso não existe. Até porque há quase mil pessoas, da Administração Direta. Tenho de colocar também os mais de mil colaboradores da Administração Indireta, muitos que estão aí acompanhando e trabalham nas organizações.

Acho que tanto como umas pessoas vieram aqui, como alunos que estão inscritos, Assistência Social ou Prefeitura de São Paulo, todos nós não estamos em lados opostos. Todos nós somos da Prefeitura de São Paulo, da Assistência Social. Eu estou dizendo aos trabalhadores. É lógico que aos usuários da mesma forma porque usam esse serviço.

Para começar é só para a gente entender que não estamos em lados opostos. Estou aqui me colocando, sou essa ferramenta e tenho levado essas demandas. Ferramenta que, muitas vezes - não digo só acertos e erros nossos -, mas sempre tentando acertar.

Sobre a questão do Cedesp, houve uma discussão no ano passado, não só deste Governo, mas de Governos anteriores, da questão da capacitação e de como funcionava o Cedesp, que é um grande equipamento da cidade de São Paulo, como outros equipamentos, a

exemplo do CCA, que a rede possui.

Na questão do Cedesp, sempre falei isso para as pessoas que acompanharam em audiência pública que, desde que entrei na Secretaria, houve conversas com algumas secretarias. Desde a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é a antiga Secretaria do Trabalho, como também houve conversas com a Secretaria da Educação.

Depois, com isso, em conversa tanto no Comas, nos dois fóruns que existem na Cidade, em conversa com o grupo de trabalho do Cedesp que esteve com o Secretário Claudio e comigo há 10 dias, mais ou menos, nós nunca negamos o que estava sendo conversado.

Eu entendo e aí sim que existe uma Prefeitura, nós fazemos parte, nós três que estamos representando a Prefeitura, eu pela SMADS, Secretaria de Governo e Casa Civil, nós fazemos parte de um Governo que envolve várias secretarias, mas da nossa parte nós temos sim colocado a parte técnica a essas pessoas que fazem parte desse grupo de trabalho relacionado ao grupo de trabalho do decreto que foi estabelecido.

Nesse grupo de trabalho, eu quero dizer, que o próprio Fórum teve oportunidade de participar, através de um pedido da Secretaria de Assistência, para explicar o que significava a questão da Assistência tanto desses recursos que saíram, neste momento, da Assistência, como também de modificações para outras secretarias.

Então, nessa andança, nós tivemos na última semana a Vereadora Juliana Cardoso e o Vereador Alfredinho que têm insistido, conversado várias vezes conosco, com a Secretaria. Tanto a Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Alfredinho, Vereador Rodrigo Goulart, o próprio Presidente Eduardo Tuma, como eu coloquei aqui, a Vereadora Soninha Francine e outros Vereadores que têm acompanhado - estou vendo algumas pessoas que representam também esses Vereadores que não estão aqui - essa preocupação relacionada à questão da assistência, a preocupação relacionada ao Cedesp.

Nessa última conversa, nós deixamos bem claro que existia um estudo, que foi levado da Secretaria de Assistência Social, por parte da proteção básica, e da Coordenação SUAS, a respeito de uma formulação de trabalhar. A gente não queria de modo algum... Essa é

a nossa posição. Eu quero ser bem claro: Eu trabalho no Governo, eu sou do Governo. Eu sou Secretário e o Sr. Bruno Covas é o Prefeito. Levei a questão para o Sr. Prefeito; e S.Exa. foi sim sensível em ouvir o que estava relacionado nessa questão, de tirar de uma secretaria ou mesmo de haver, como foi colocado, a retirada dos 22 milhões de reais daquela dotação. Não há aqui nenhum técnico da Secretaria da Fazenda, mas nós mesmos fizemos já vários pedidos relacionados a isso, e há sim, como nós mostramos, por meio da nossa assessoria técnica e da própria coordenadoria de proteção básica, alguns pontos que nós temos dificuldade. Talvez essa não seja a área da Fazenda. Mostrei os prazos que existem e expliquei ao Sr. Prefeito Bruno Covas uma questão. Essa é a nossa proposta, que está sendo estudada na secretaria, para tentar sair segunda-feira. Nós temos esse prazo, para sair, na segunda-feira, uma proposta interna junta, e uma proposta, ao mesmo tempo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para tentar fazer um equipamento híbrido, em parceria. Aí depois de o Governo ter essa composição, levaria para o GT, para a comissão do grupo de trabalho de Cedesps. Aqui ninguém está falando que vai sair e pronto. Não, nós estamos trabalhando dentro da secretaria, para mostrar as dificuldades que nós temos. O fortalecimento de vínculo, que é essa primeira parte, é importante e é nossa. Anotei que 24 pessoas foram à frente e que se colocaram, principalmente mostrando a questão do fortalecimento de vínculo e a questão da família, e, na outra parte, que há a parte relacionada à formação, que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da Secretaria - a Sra. Aline está estudando - para apresentar uma proposta. Muitas dessas organizações têm feito esse trabalho, agora só 10%... Eu sei que foi falado que o Cedesp não tem só a função de empregabilidade, mas tem também a função de empregabilidade. Ele tem o fortalecimento de vínculo, mas tem sim também a formação para o trabalho. Todos que vieram aqui também falaram isso. A questão é a preparação para o mercado de trabalho. Com isso, havia saído há dois meses, mais ou menos, um decreto por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a antiga Secretaria do Trabalho, que todos os projetos relacionados ao mercado de trabalho passariam, de todas as secretarias, por um estudo, por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Não é só

da Assistência Social, são de todas as secretarias, porque é uma política que foi lançada no dia 1º de maio.

O que eu quero dizer é que, em hipótese alguma, o Sr. Prefeito Bruno Covas pensa em acabar com o Cedesp. Em hipótese alguma, o Sr. Prefeito Bruno Covas pensa em acabar com o Cedesp. O que foi conversado e vem sendo amadurecido - foi falado em várias audiências públicas aqui - é que havia um estudo que não estava avançado e antes até dessa reunião - quem trouxe as informações foi o Vereador Alfredinho e foi a Vereadora Juliana Cardoso - isso estava sendo estudado. S.Exas. já tinham feito um trabalho de desenvolvimento econômico e nós juntamos esses dois estudos e desses dois estudos, nós podemos apresentar para a Câmara. Como também o grupo de trabalho do Cedesp, que esteve conosco, nós falamos que nós levaríamos isso para ser analisado. Tivemos muitas críticas, quando isso foi falado com o grupo de trabalho. Nós falamos para esperarem, para nós podermos apresentar isso.

Para finalizar essa primeira parte, digo que não vai ser acabado o Cedesp. Agora a questão que nós estamos estudando é de uma reformulação, nessa formulação, a respeito do mercado de trabalho; e a questão do vínculo e do fortalecimento de vínculo sim estará com a SMADS.

Eu fico aberto às perguntas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sr. Secretário Marcelo, espero que V.Exa. traga melhores notícias, porque a gente realmente está bastante preocupado.

Tem a palavra o Sr. Alexis, Secretário Adjunto de Governo, para fazer o diálogo aqui conosco dessa audiência pública.

Obrigada, mais uma vez, pela sua presença.

O SR. ALEXIS VARGAS – Boa tarde. Agradeço o convite da nobre Vereadora Juliana Cardoso e, em seu nome, venho agradecer todos os Srs. Vereadores e esta Casa. Saúdo o Sr. Eduardo Dias, que tem sido colega de audiências tanto aqui quanto no Ministério Público, um defensor das políticas públicas. Quanto às entidades aqui presentes, faço um

agradecimento em nome da Sra. Regina e do Padre Rosalvino. Agradeço também aos jovens aqui que se manifestaram, mostrando o valor dos Cedesp. Mostraram que o Cedesp fez diferença nas suas vidas e faz diferença. O desenvolvimento dessas competências que os senhores têm é o que muda a nossa Cidade, o que muda o nosso País. As competências, segundo a ONU, podem ser conhecimentos, habilidades e atitudes. Conhecimento é saber, habilidade é saber fazer e atitude é fazer; e os senhores mostraram aqui que desenvolveram todas elas. Os senhores chegam aqui e têm atitude de falar, de se posicionarem, têm capacidade de mostrar o seu lado e trazer os conteúdos com tanta propriedade.

Por exemplo, a Sra. Samara, que falou do Cedesp, aprendeu a ter voz. É muito importante que essa atitude seja de todos os senhores. O Cedesp tem três elementos: formação de vínculo, convívio, mundo do trabalho e a parte da capacitação profissional, propriamente dita. Essa parte da capacitação profissional integra-se com outras políticas do município. No dia 29 de abril, o Sr. Prefeito Bruno Covas publicou o Plano Municipal da Qualificação Profissional, que junta e coordena todas iniciativas de capacitação profissional. O Cedesp é uma delas: bastante relevante, bastante importante, quem sabe a mais importante. Mas não é a única, tem a Fundação Paulistana desenvolvendo, tem a Escola Makiguti na zona Leste, Cidade Tiradentes, e têm várias outras iniciativas e parcerias com o Sistema S e com outras entidades.

Essa política municipal de qualificação profissional inclui então uma reorganização e uma padronização buscando empregabilidade, buscando integração também com os CATs, que são objetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho para garantir que as capacitações sejam voltadas para aquilo que o mercado está contratando, para garantir que essas competências que vocês estão tendo desenvolvidas gerem resultado efetivo na empregabilidade de vocês.

Esse é o momento que a gente está passando: de reorganização de uma política pública muito importante, em especial, nesse momento, em que o desemprego está tão alto. Essa é a estratégia da Prefeitura de reorganização do serviço, e o recado que todos pediram:

“Ah, estamos esperando uma notícia boa”. A notícia boa é: não haverá redução de vagas em Cedesp, porque estão preocupados: “Ah, vai ter redução, mês que vem já é matrícula, vai fechar?”. Não haverá redução de vagas em Cedesp. A gente está fazendo uma reorganização do serviço, há uma reorganização orçamentária da Prefeitura como um todo, mas não haverá redução do Cedesp. É uma política muito valorizada pelo Governo e que tende a ser ainda melhorada, e não reduzida.

Esqueci de falar no começo, mas eu vim representando o Secretário Mauro Ricardo e também o Secretário de Fazenda, Philippe Duchateau, com quem eu conversei antes de vir para cá; e também o Secretário da Justiça Rubens Rizek. São as Secretarias meio que compõem essa discussão toda sobre essa reorganização dos serviços e do orçamento, e a gente entendeu que bastava um de nós vir para explicar o que está acontecendo e qual o compromisso do Prefeito Bruno Covas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Dias, do Ministério Público, convidado por nós.

O SR. EDUARDO DIAS – Eu acho que, talvez, só o embargo de declaração na fala do Secretário, eu vou procurar até traduzir um pouco algumas coisas que eu entendi, mas é essa a preocupação. Acho que, quando o senhor diz que não haverá cortes, é porque haverá uma suplementação orçamentária que possibilite a continuidade?

O SR. ALEXIS VARGAS – Não haverá corte de vaga e não haverá sucateamento dos serviços, há uma reorganização. Se haverá suplementação orçamentária, ou não, a gente vai anunciar junto com a reorganização do serviço.

- Manifestação na plateia.

O SR. EDUARDO DIAS – Primeiro, eu não poderia deixar de falar especialmente sobre os olhares da figura de Anchieta, que eu acho que, neste momento, Paulo Freire, onde ele estiver, deve estar muito contente. Porque esses sete saberes da educação do Morin que o Secretário traduziu alguns, que foi incorporado pela ONU, as sete competências e habilidades

da educação, do que exige, ela começa na verdade a ser desenvolvida nesse bolero civilizatório que, às vezes, quando se fala em processo civilizatório dá a ideia de que processo é uma coisa linear. Mas a gente vive, na verdade, um verdadeiro bolero civilizatório: aquela dança de dois para lá e três para cá, e vai. O casal quer, mas a dança vai assim. O que é a visão de mundo de todos, o que cada um entende.

E parabenizar esta Casa, os membros da Comissão Extraordinária Permanente de Criança e Adolescente, na pessoa da Vereadora Juliana, do Vereador Alfredinho. Eu nunca vi nesses dois anos, desde 2016 - e a gente tem participado bastante aqui -, uma reunião desta Comissão tão concorrida em que até o Presidente da Casa esteve presente.

Sou testemunha do esforço da nobre Vereadora Soninha de, em um ano, carregar isso quase sozinha, com Vereadores raramente passando. E parabenizo a presença do Vereador Alfredinho, que veio e ficou o período inteiro.

Oxalá, Deus queira, Alá, Xangô, o Espírito Santo, todos os santos, que o espírito que iluminou Anchieta e Paulo Freire esteja presente, que essa centelha retome e faça se tornar perene esta Comissão, que fez falta; e esse é o reflexo da falta desta Comissão, da falta de votar uma lei que reestrutura os Conselhos Tutelares.

Aqui se falou de CCA. Estou aqui apresentando também a Promotoria de Direitos Humanos da Capital. Assim que nós recebemos esse ofício, mandei por Whatsapp para o celular do Sr. Secretário, da Vereadora, do Assessor que eu tenho aqui da Mesa; peguei agora mesmo o cartão do Secretário e passei para o seu celular. Ainda não tenho o do Secretário de Assistência.

Aqui nos ofícios são três decretos básicos que se questionam bastante: o Decreto 58.636/19, e depois o 58.665 e o 58.726, todos de 2019. Na verdade, a redação do 58.636, quando nós vimos as primeiras manifestações e mandaram para a Promotoria, alguns dos senhores procuraram o Dr. Valério, tentaram me achar na Promotoria, e eu estava em outra atividade, porque a nossa Promotoria, até agosto, nós somos somente em duas pessoas para responder pela política de infância e juventude de prevenção desta cidade e país de 12 milhões

de habitantes. Tem mais gente na cidade de São Paulo do que em que todo Portugal, mais do que na Grécia.

Estima-se que a população de criança e adolescente, e o ECA protege a gravidez viável: o óvulo fixou na parede uterina, o ECA já incide, artigo 7º e 8º, e vai proteger até os 18 anos. Estima-se que essa população seja de 3.800.000 pessoas. E isso é a população do Uruguai. Isso é para sentir o peso do que é uma Comissão Extraordinária Permanente de Criança e Adolescente nesta Cidade.

E foi com esse espírito que visitei esta Casa ainda no começo do ano, visitei vários gabinetes de Vereadores pedindo encarecidamente que as bancadas tivessem carinho e atenção na indicação dos membros para que esta comissão funcionasse, já que parece não ter havido a alteração regimental que autoriza a Comissão a funcionar com sete membros. Se fossem sete, poderia iniciar o trabalho como reunião oficial da Comissão com cinco membros.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Só uma informação. A gente fez uma reformulação na Mesa Diretora, que passou então a Comissão, não só essa, como a de outras casas, a funcionar com cinco membros.

O SR. EDUARDO DIAS – Eu fico mais contente ainda, porque quando elas funcionam como Comissão, e não só como uma reunião que vem, não tem quórum e funciona, não tem o mesmo efeito jurídico. E também obviamente político. E esta Casa, como todas as casas de lei, é efetivamente o lugar da tolerância, onde as pessoas de visões de mundo diferentes se encontram e tiram uma resultante.

É natural, num momento como esse, especialmente dos mais jovens, mas também daqueles que estão muito afetos na luta, um exagero, às vezes, no verbo. Os parlamentares estão cobertos pela imunidade relativa, podem falar aqui da tribuna o que quiserem. Essa semana ainda na Assembleia, tive um problemão com isso, a ponto de eu ter de comunicar ao meu corregedor, ao meu procurador geral, que é presidente do órgão especial, que zela pelas nossas prerrogativas.

Mas, isso é a democracia, nesses 30 anos de Ministério Público, que eu completo

agora em novembro, já poderia ter aposentado desde 2017, estou com 56 anos, trabalho desde os 14 com carteira assinada, e desde os dez no comércio do meu pai na Vila Guarani e aqui cumprimentar as pessoas como a Crécia, do Sapopemba; o Rosalvino; e aqui acho que está presente o samba da bênção, a fala da bênção, o Dr. Khalid, que tanto lutou naquela região, que quando íamos visitar ele adorava, dizia: “vamos, que tem um pãozinho saindo, a gente vê um pãozinho, um cafezinho muito gostoso, primo. Vamos lá, primo, é muito bom”; também o Ari, da Pastoral do Menor, não é à toa que está aqui, atento e prestando atenção.

O que fizemos com todos os ofícios que recebemos, tanto eu, como o colega Eduardo Valério? Porque questionavam um decreto que o Prefeito, talvez na redação, se tivesse colocado a revisão, mas não a revisão para diminuir gasto e só revisão, tivesse provocado menos furor. Mas, foi até bom colocar tudo, porque já que a ideia era reduzir gasto, explicitou a questão.

Só que estamos dentro de uma margem de discricionariedade da administração e que é exercida de acordo com a lei, com a Constituição e com os fatores políticos, lembrando o padre Jaime, do Capão, “política é que nem feijão, só vai na pressão”, porque acha que é à toa que todo mundo passou por aqui hoje, dois plenários cheios sendo transmitido. O tema criança sempre foi a pauta dessa comissão. Sempre. Nessa cidade de três milhões e oitocentas mil almas. É o Uruguai o resultado disso e que na verdade a cidade de São Paulo por ser uma cidade metrópole, o país está pagando os efeitos da PEC 241 de 2016, que se conheceu depois por Emenda Constitucional 95/16, também conhecida como Emenda Constitucional do fim do mundo, que levou esse país na área social para um abismo e todo mundo da Professora Aldaíza, vários colegas do MP Federal, dos MPs do Brasil inteiro, das Defensorias e acredito que a Defensora Carolina não esteja aqui hoje, do Núcleo, porque eles estão somente em um.

O que a gente tem corrido esses dias e numa reunião de oito promotores, do Secretário de Saúde, no final da tarde de ontem, em que ele pega a mão no telefone, fala com o Prefeito, volta para a reunião e a gente discutindo um tema, porque de tempos em tempos um gênio da lâmpada resolve sozinho *a latere* do sistema SUS e SUAS encontrar uma solução

para uma área muito afetada na cidade pelos efeitos do uso de droga; e que começa lá na periferia; e que começa na falta de CAPS; que começa na falta de opção de profissionalização e inclusão e apoio sócio familiar, que entrega a nossa juventude como mão de obra barata para o narcotráfico. (Palmas)

E que depois gera nos números do sistema municipal de medida socioeducativa, relatado na audiência pública que houve na Luz, e que somos os únicos do sistema de Justiça que participaram – foram dois dias de audiência e infelizmente à época, que não desse governo, chamada também três dias antes. E isso resultou num inquérito civil no patrimônio público, no inquérito civil na Promotoria de Infância, que hoje é o procedimento PA 231/16, que acompanha a política municipal de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Isso sem contar que o colega Motauri, hoje corregedor e o colega Vidal, ex-Conselheiro, já em 2009, com esta Casa, fizeram audiências públicas. O procedimento de trabalho infantil é desse tamanho. O plano da cidade de São Paulo ignorava o plano nacional e ignorava a Resolução 183, da OIT, que diz que uma das piores formas de trabalho infantil é o trabalho infantil no narcotráfico, que ficou imortalizado no livro e no documentário *Falcão, Meninos do Tráfico*, em que a vida média de um adolescente, de menino, de uma menina, era de um ano e oito meses. Esse documentário foi embargado pela Justiça. Ele ficou três meses para poder passar em série, em quatro, cinco capítulos no programa *Fantástico*, porque daqueles nove adolescentes entrevistados, depois de nove meses, só um estava vivo. E o único que sobreviveu foi o que teve um contato que iluminou aquele menino, o brilho dele. Foi levado para trabalhar, para aprender um ofício numa escola de circo.

Valeria a pena, mas não dá tempo aqui de conhecer a história do Cirque du Soleil, que começa com um trabalho de proteção para jovens no Canadá. Isso eu estou dizendo porque hoje, na cidade de São Paulo, pelo menos em 2016, quando a gente pegou esse inquérito, 44% dos adolescentes cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, da qual várias ONGs aqui dos senhores também têm serviço conveniado com a SMADS, 44% desses meninos cumpre medida resultante da prática de tráfico de drogas. É hoje uma das maiores

causas de encarceramento de mulheres, de jovens.

E aí, o que a gente cobrou no inquérito civil e cobra e fiscaliza? Cadê a prevenção do trabalho e o trabalho para os jovens e o reforço núcleo familiar? Resultado: temos uma ação civil pública já distribuída sobre CCAs. O CCA não está bom do jeito que está, precisa melhorar muito, mas precisa ter mais CCA. Isso é ponto pacífico. (Palmas)

Tem uma ação civil. Eu não queria entrar e não quero entrar com uma ação civil por conta de Cedep, mas eu não vi essa capacidade de articulação que houve na cidade e que acredito que não vai ser necessária essa ação, porque essa lógica também da administração que está fazendo, de aglutinar, de reorganizar serviços e de onde vem, quem paga a conta é fruto do que aconteceu na PEC 2016.

Agora, o que infelizmente aconteceu, e olha só, esse decreto foi publicado – para quem é do mundo do trabalho, só da formação prova de que o Cedep é muito mais do que formação para o mercado de trabalho e tem um eixo muito grande no vínculo familiar e é por isso que estamos aqui, porque o art. 91 fala da questão do atendimento sócio familiar e apoio em meio aberto, porque fazer isso e fazer bem feito é reduzir o número de vagas em abrigos. Porque não vai ter demanda, porque uma menina, essas meninas que vêm aqui e têm essa fala empoderada não vão ser “boi de piranha” para essas letras chulas de *funk* que desprestigiam as mulheres. (Palmas) Não vão sentar nas pranchas nos bailes *funk* na periferia, laboratório de droga, para a elite depois consumir, porque se sobreviver na droga sintética distribuída em larga escala na periferia, ela vai ser vendida nos Jardins. Meninos desse naipe é que vão poder contribuir com a nossa cidadania. Isso é o Cedep. O indicador que eu tenho de qualidade do Cedep sabe qual é? Sabe qual é o número de representações que nós temos, eu e a Luciana, na Promotoria, sobre abuso no Cedesp, sobre maus tratos, sobre trabalho não prestado, zero! (Palmas) Zero! Isso é um indicador de qualidade. (Palmas) Indicador de qualidade são essas falas desses jovens e adolescentes aqui.

Então o que eu peço, encarecidamente, e no Ministério Público isso é uma recomendação, é que seja revisto e publicizado isso que está sendo dito.

E chamo a atenção para o fato de o CMDCA não estar presente. Porque eles estão também num processo. É uma ação civil pública julgada favorável em primeiro grau, favorável em segundo grau pelo Tribunal de Justiça, e a Prefeitura recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Isso faz com que o CMDCA passe por uma de suas piores crises.

Os conselhos tutelares, que deveria ter 110, tem só 52. Também é objeto dessa mesma ação. E os conselhos tutelares, artigo 136.9, poderiam dar pitaco no Orçamento sem ser especialista em orçamento. Eu recebi de pouquíssimos conselhos tutelares, que assinaram esses documentos com vocês, falando e pontuando essa questão do Cedesp. Então esse sistema de garantia de direitos precisa ser implementado. Ação civil não é o melhor caminho. Nós temos mais de 120 ações distribuídas.

Anteontem, eu tomei ciência do voto do Ministro Luiz Barroso sobre a devolução de uma ação civil pública proposta em 2012 pedindo um telefone no Conselho Tutelar do Lajeado. Eu já estou com outra ação subindo para o Supremo pedindo estrutura para todos os conselhos. Então o que a gente espera e recomenda à administração pública que está aqui muito bem representada com três Secretários, e que não necessariamente realmente o Prefeito precisar estar aqui, porque senão não teria necessidade de haver secretário. Só que ninguém tem ainda o dom da onipresença, estar em vários lugares ao mesmo tempo, isso foi reservado para poucos. Então que leve isso.

A crise é tão grave no sistema, na Cidade e no Estado, que o escalonamento de férias a gente fez de um jeito, na Promotoria, que, enquanto não vir o terceiro cargo em abril, a colega Luciana fica um período, eu fico outro, de tal maneira que, em junho e em julho, um dos dois titulares esteja na promotoria, porque a gente vai esperar o que vai acontecer. Por exemplo, hoje, o abalo é: vai ter matrículas? O Secretário acabou de garantir que vai ter matrícula. Como vão fazer? É a Prefeitura que tem de dar conta. Agora, não pode ter matrícula se não tiver verba, se não tiver programa. (Palmas) Agora, é importante também saber que se tem outras secretarias que têm outras fontes de custeio que podem acessar outros financiamentos, é bom, sim, aliviar um pouco a assistência social, porque ela está, sim, com

uma sobrecarga de muita coisa.

Ontem, a gente presenciou uma cena, em que se discutia de deslocamento de dependentes de hotéis, e tudo que a Promotoria falou foi observado, não pode sair dali para um lugar pior, e não foi isso que aconteceu, são valores astronômicos na área da saúde. Para não fechar pronto-socorro, porque o financiamento federal e estadual têm minguado, e o SUS e SUAS são os sistemas.

Agora, o que talvez a Secretaria de Assistência tenha de fazer? Acionar o SUAS à Secretaria Estadual, fazer com que o Fundo Social de Solidariedade do Governo se encaixe na constitucionalidade e tenha um controle social pelo conselho estadual de assistência. Nós mandamos mais de 30 ofícios para o interior inteiro de verbas que foram aprovadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança. Porque eles aprovaram de um jeito que não veio da base dos conselhos municipais. Resultado: a gente teve que alertar todos os promotores que, na cidade dele, foi aprovada uma verba financiada pelo Fundo Estadual. Um colega perguntou: “Mas na minha cidade tem alguma coisa?” Eu entrei no Google Earth e fotografei a sede da entidade que recebeu aquele dinheiro: um galpão abandonado. Essa é a técnica de auditoria do Tribunal de Contas da União e do Estado de visita física.

Então, neste momento em que falta dinheiro, eu diria que o ano de 2016, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 95, é que nem aquele ditado “água no umbigo, sinal de perigo”. Hoje, a água na cidade de São Paulo está no gogó. Está todo mundo olhando para o horizonte, pois perderam os seus guetos. A coisa foi tão fracionada que as entidades estão em frangalhos e divididas. Dividir significa dividir poder e intervenção.

Agora também me conforta ver que temos aqui dirigentes dessas entidades. É difícil ter uma entidade que diga representar as entidades em que os dirigentes não assumam essa interlocução, mas somente os seus trabalhadores, que cada vez estão mais precarizados.

Então, parabéns à organização dos senhores, parabéns à sensibilidade política da Câmara e do Governo. O gesto de termos aqui três Secretários é sinal de que as conversas não se fecharam. E dá tempo ainda de consertarmos isso.

Alguns tiveram que tomar remédios para depressão, ansiedade, pressão alta. Isso já foi, pelo menos, o que era da farmácia popular piorou o bolso.

Então, estamos aqui para corrigirmos isso.

Parabéns, mais uma vez, à Vereadora Juliana, por meio de quem eu parabenizo as duas mulheres que fazem essa comissão ir para frente e os demais Vereadores por retomarem esse local tão importante e privilegiado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Acho que todos já estão cansados, mas ainda há algumas angústias. Eu estou com algumas, então, gostaria de fazer perguntas. Aliás, não posso me esquecer do Geraldo que precisa fazer uma pergunta para o Dr. Eduardo Dias, porque já tinha me pedido antes de passar a palavra ao Dr. Eduardo.

O SR. GERALDO – Na verdade, antes de fazer a pergunta direto, eu queria fazer uma colocação para os representantes do Governo, com todo o respeito, tem até o Marcelo com quem tenho um convívio mais próximo no nosso dia a dia. Já falamos isso algumas vezes porque, quando se fala em reorganização inclusiva, para as Secretarias de Desenvolvimento Econômico é a nossa Secretaria do Trabalho isso. E vem uma situação que quero perguntar para os Secretários também: como reorganizar uma política de quase 30 anos em um mês? Porque o edital de chamamento público tem que sair em junho, e isso me preocupa.

Os serviços da assistência social estão tipificados na Assistência Social. A Secretaria do Trabalho não faz visita domiciliar, não faz encaminhamento para saúde, educação ou para onde precisa, não trabalha fortalecimento de vínculos sociais e familiares. Isso é da assistência.

A questão do mundo do trabalho, da formação inicial e continuada, a questão do curso em si, inclusive, é um chamariz. O nosso foco é o fortalecimento de vínculos sociais e familiares. (Palmas) Nós estamos na assistência por causa disso. (Palmas). Então, não tem o menor sentido nós irmos para a Secretaria do Trabalho. Nós já discutimos isso, e isso vem à tona novamente, o que me espanta, mas enfim... eu quero até entender como organizar uma política de quase 30 anos em um mês.

Agora, diretamente, por conta do tempo, desculpe, Juliana, a pergunta que eu iria fazer para o Dr. Eduardo Dias, do Ministério Público, vai em cima da improbidade administrativa: tendo em vista que está inviabilizando tanto... esses três Decretos, de certa forma, inviabiliza a continuidade dos serviços, inviabiliza o acesso do usuário aos serviços. Eu quero entender se existe alguma possibilidade disso virar improbidade administrativa, porque me parece que isso, a partir do momento que o serviço não é tipificado, um serviço previsto em lei para o seu funcionamento ou diminui a sua capacidade, se isso resulta em improbidade. É isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Geraldo.

Anuncio a presença da Darci, do Fórum da Educação Infantil, que está aqui desde o início acompanhando os trabalhos.

Vou falar do orçamento porque estamos no adiantado da hora, se faltar alguma coisa abrimos. Quero começar pelo Secretário de Assistência Social. Secretário, diante dessa reorganização e uma articulação de pastas. Normalmente quando fazemos essa reorganização, esta não pode se em cima de uma política que já está acontecendo.

Para o Secretário Alexis, como vou em 15 dias, em que pese vocês já estarem fazendo uma discussão na secretaria, verificando no orçamento, não estou entendendo ainda se esse grupo de trabalho é só do Governo ou está incluindo as outras instituições dos fóruns, dos conselhos, para que se apresentasse isso.

O Secretário Marcelo disse que nessa segunda-feira apresentaria uma proposta. Essa proposta é para esse grupo?

Levando em consideração que você já não tem um recurso. Vocês já retiraram e já não têm esse recurso de 24 milhões para esses serviços. Então tem uma regra e a Secretaria de Assistência Social sabe a dificuldade de chegar às pontas.

Passando isso, não há nenhuma iniciativa, nenhum decreto, nada que fale para as pessoas lá da ponta, do Cedesp, para abrir as inscrições. O que vocês estão dizendo aqui não

está no papel ou não está articulado para que as suas supervisões dialoguem com isso.

Então para mim é uma política, uma fala que na prática não será realidade, porque não tem um orçamento. E vai passar de uma Secretaria para outra, e aí uma Secretaria que tem outro tipo de olhar na relação do trabalho.

O trabalho dentro do Cedesp faz parte desse atendimento, mas antes de chegar ao trabalho, passam por diversas outras atuações de vínculos com a instituição, com a comunidade e com a família.

Por isso é tipificado na Assistência Social. E essa Secretaria de Trabalho é nova. Então a transição, em minha opinião, só poderia acontecer no momento em que se faz essa discussão ampla com as pessoas que fazem esse atendimento e principalmente na discussão do orçamento.

Nós, Vereadores, só conseguimos visualizar o que vocês estão fazendo a cada três meses. Portanto, a cada três meses eu não consigo enxergar o que vai acontecer e para onde vai. E por mais que eu faça o meu papel, o meu ofício que vai para a Secretaria, para a Secretaria de Governo, para Finanças e o Secretário de Finanças não atende nenhum Vereador. Pelo menos da base de oposição, e de Governo, pelo que escutamos lá embaixo é muito difícil também ter esse atendimento.

Então vocês estão me dizendo que não vai fechar serviço. A minha pergunta para vocês, como não vai fechar serviço se na ponta não tem ação efetiva de cadastro, de cursos e o que tem de ser feito até o final do ano. Essa é a realidade.

Então o que vocês estão me dizendo aqui eu não consigo enxergar. Dentro do orçamento eu não consigo enxergar em ação de Governo e eu não consigo enxergar no Cedesp, onde eles estão dizendo aqui que isso não aconteceu.

Então eu queria ouvir tanto o Secretário de Assistência, quanto o Secretário de Governo e o Dr. Eduardo Dias. E por fim, estamos aqui com o Cícero, que é Chefe de Gabinete da Casa Civil. Dependendo da resposta, Cícero, não é admissível não termos clareza sobre isso. É uma política para 11 mil pessoas. Então a atuação de outros Vereadores, claro, os que

também são da Base de Governo e que eu espero que nessa composição de oposição até termos uma resposta definitiva do que vocês vão fazer, e se os serviços vão continuar na Assistência e lá na frente vocês poderem discutir com as pessoas que estão ali fazendo esse serviço, se é realmente ou não possível esse serviço para a Secretaria de Trabalho. Nós vamos fazer oposição. Nós vamos obstruir, porque essa fala é uma fala que não fica muito claro o que vai acontecer no futuro. (Palmas)

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – Nobre Vereadora, como eu disse, isso está sendo discutido de agora. Está sendo discutido de agora e se pegar as outras audiências públicas que eu participei aqui, de um tempo para cá, nós estamos falando, sim, desse estudo quando perguntaram para nós. Esse é um ponto.

A outra questão, que deixo bem claro, que nós não falamos que é uma transferência... o estudo que nós temos e que está sendo elaborado para depois discutir e que foi conversado até com o próprio GT de Cedesp, o Grupo de Trabalho do Cedesp, que passaria por eles não é essa questão de transferir só para uma Secretaria e pronto. É trabalhar em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que já é uma Secretaria que existe, lógico, ela mudou de nome, mas ela já tem uma existência aqui na Cidade, há um bom tempo, como também outras Secretarias do mesmo perfil até no Estado mudaram de nome, de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e tudo mais.

Então, o que deixo claro e volto dizer, já vem sendo estudado. O nosso grupo que falta ainda ajustar algumas coisas da Assistência, que é o lado da Assistência, termina isso até talvez, no máximo segunda-feira à tarde, no fim da tarde. E aí, ao mesmo tempo, o Desenvolvimento Econômico também está fazendo um estudo, para depois nós podermos conversar com um Grupo de Trabalho do Cedesp que pode envolver, logicamente, os outros organismos. É lógico que não dá. A discussão do grupo pode envolver a Câmara, os Fóruns. Só que até nós combinamos isso, quando tivéssemos esse desenho, que nós voltaríamos a conversar para poder fazer esse estudo.

Então assim, eu quero só deixar bem claro nesse sentido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL - Primeiro temos de ver o que temos. Quem sabe o que tem, e na estrutura, nós sabemos o que tem e vocês também já estão há bastante tempo e Desenvolvimento Econômico não participava antes. Então agora para esse estudo de participar e poder sair.

Sobre a questão, lógico, vou deixar o Secretário de Governo falar sobre a questão de orçamento, mas dizer a vocês; a senhora mesmo sabe da questão do orçamento, da mesma forma que tiraram esses 22 milhões: 20 na primeira etapa e mais dois...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – Não, mas aquele que também entrou por aquela outra questão. Mas entrou pelo outro, depois eu mostro na pontuação aí. Então assim, dos 22 milhões que tiraram, tivemos reunião com o Secretário da Fazenda nesse sentido e com a própria Secretaria de Governo. Isso também, falo para o Alexis poder passar essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Então, efetivamente, em junho vão abrir as inscrições para que os cursos do Cedesp possam dar continuidade no próximo semestre pela Assistência Social?

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – Nós temos 15 dias, pelo que o nosso Jurídico levantou, nós temos ainda 15 dias para olhar essa questão do formato, senão vai se abrir pela nova forma. Agora tem 32 serviços, dos 60 serviços, tem 30 que vencem em outubro.

Então nós também estamos trazendo essa questão para ver se há uma concordância até de pegar algum desses serviços para fazer no novo formato, para testar esse novo formato. Mas isso vai passar primeiro numa conversa com esse grupo de trabalho que pode envolver vários entes que estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – O novo formato vai ser pago pela Assistência Social, ou pela Secretaria de Trabalho? Quem vai financiar, ou quem vai pagar

esse serviço?

O SR. MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL – Parte, a Secretaria de Assistência, e o serviço que é relacionado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pela própria Secretaria.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Entendi. Secretário de Governo.

O SR. ALEXIS VARGAS – Acho que o esclarecimento que o Secretário Marcelo deu já foi bastante amplo. Estamos fazendo uma reorganização do serviço, que será apresentado. A reorganização orçamentária da Prefeitura é ainda muito maior do que este ambiente, do que essa conversa que estamos tendo; a reorganização do orçamento inclui essa revisão do Programa de Metas, que põe R\$ 13,6 bilhões no Programa de Metas.

Então é uma reorganização grande, de vários serviços, de várias políticas, e essa é uma delas. E, como o Secretário Marcelo já colocou, ela será apresentada em breve com o objetivo de melhorar o Cedesp, e não reduzi-lo. Esse é o recado que estamos dando, essa é a nossa mensagem.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Sr. Eduardo Dias, dentro dessa discussão, que eu sei que é uma ação de governo, claro, de decreto, enfim. Mas quando, no decorrer de um período de um ano, está-se fazendo um tipo de serviço e, no meio do caminho, no semestre, pode-se fazer essa reorganização de trabalho, sem ele ainda estar passando, de fato, pelo orçamento da Cidade; ou versus o olhar específico dos Vereadores para a política municipal, porque aqui a gente tem diversas políticas que são municipais e que também têm que ser respeitadas, tanto aqui na Câmara e, claro, no Ministério Público.

Não sei se, dentro do que foi falado aqui, sem ter muita clareza, qual é a ação que a gente pode fazer para não ter esse tipo de ação nesse ano, e que se discuta a melhor com a participação popular?

A SRA. REGINA PAIXÃO - Só emendar na sua pergunta, estou pensando o seguinte: existem serviços em ação atuando. Por que reorganizar sem nos chamar? Sem chamar o Cedesp? Porque essa conversa já vem com CDCM, que é o Centro de Defesa da

Mulher, que o Prefeito anuncia primeiro, depois vem o debate na Cidade; para, depois, montar um GT. Nós sabemos que o GT Cedesp foi lá, mas depois da pressão, porque se não houvesse pressão a gente seria pego de surpresa.

Por que a gente não evita esse transtorno? Conversa primeiro, apresenta. Não precisa ir para o Conselho Municipal essa mudança total? Está mudando a tipificação do serviço, está mudando o recurso para outra Secretaria.

Com que resposta a gente volta para a base? Principalmente quem está para renovar. E os R\$ 22 milhões a menos? E o congelado? Porque parece que continua na mesma. Então, porque que não se abre o debate, não se chama, faz a consulta, para depois ir para execução? A gente está achando muito truncado tudo isso.

E que medo é esse de sentar com as organizações, sentar com serviço, para a gente afinar um debate?

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – É isso. Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO DIAS - Vou complementar até umas coisas e tentar responder. Quando chegou essa última correspondência, ela foi analisada com sete outras correspondências que chegaram sobre esse mesmo tema, mas focando nessa questão de orçamento, de corte e realocação de verbas; e dez procedimentos, ações, inquéritos civis, representações em curso na Promotoria.

Qual foi o despacho que nos demos, e vocês me viram saindo, liga para cá, vai para lá, é porque nós somos poucos funcionários, pois alguns estão aposentando.

Demorou para cumprir, mas, mesmo assim, para cumprir dentro do prazo dela; mas como havia audiência emergencial, ela veio protocolar aqui na Câmara. E o que a gente fez nesse despacho? Ele faz o resumo de um serviço que atende 11.540 usuários, tem o foco na área da infância e juventude; nós juntamos essa correspondência e também o chamado aqui para a Câmara para estar aqui hoje; mais o *link* de uma matéria que foi publicada no SPTV, onde tem uma entrevista com o Padre Rosalvino; a expedição de ofício, com cópia integral desse expediente, para a Promotoria de Patrimônio Público. Somando os outros que já foram

encaminhados.

E não tenho habilitação para responder sobre esse aspecto porque existe uma Promotoria especializada, e um ofício que nós mandamos foi desmembrado em dois lá. É a dinâmica deles, eu não sei como é, não atuo nessa Promotoria. Um deles, nós vimos que tinha sido indeferido; o outro estava ainda em andamento, não sei qual foi o desdobramento.

Na nossa Promotoria, nós também juntamos esse expediente no procedimento de acompanhamento de políticas públicas, PPA nº 231/16, que é esse que cuida da política de trabalho infantil na Cidade. Pedimos para mandar cópia para o Comas, para a Comissão Extraordinária Permanente dos Direitos da Criança e para o CMDCA, com cópia desse nosso despacho.

Voltando dessa audiência, com as anotações que eu fiz, a gente vai oficialar pedindo o vídeo e a ata, vai analisar o que nós temos.

No Direito, tem uma coisa que as pessoas demoram cinco anos para aprender na faculdade e alguns especializado nisso, tem uma figura de Direito Administrativo que, em princípio, a Administração Pública trabalha no interesse público de todos, interesse público chamado primário. Esse se desdobra em interesse público secundário e, às vezes, até em terciário. Mas o interesse público primário surge do princípio de quando a Administração Pública faz algo é pensando no todo. Isso deu para ela uma prerrogativa chamada Fator do Príncipe, que é esse poder que ela tem de alterar as coisas, às vezes, no meio da brincadeira. Mas isso não pode prejudicar direitos adquiridos, direito em curso. E tem outra discussão que é a chamada Barreira de Retrocesso, ou seja, eu não posso retroceder em direitos sociais conquistados, como muito bem disse aqui o senhor.

O ECA não nasceu em gabinete, o ECA nasceu nas ruas, é fruto de movimento social. Agora, no Direito, e sou operador de Direito na Promotoria, e tem a Lei Federal 13.666, que tem esse final 666, uma lei cabalística, que afetou de tal maneira o nosso ordenamento que colocou na legislação um negócio chamado assim: “Cláusula do razoável”. É o famoso “Devo, não nego. Pago quando puder, e se puder.

Com isso, os tribunais estão reformando decisões nossas aqui e no Brasil inteiro. A petição inicial do colega sobre controle de polícia e letalidade tem 200 laudas e 38 pedidos, o Valério não está aqui também por isso, ele estava ontem analisando o despacho que a Juíza deu, onde ela nos pergunta isso: “O orçamento da segurança foi cumprido?” “Onde está a previsão orçamentária da segurança para isso? Só que o legislador federal, quando cria algumas leis, não cria dizendo de onde vai sair, como na Lei 13.431, que fala do depoimento sem dano. Qual a estrutura? Quem vai pagar?”

Outra coisa, esse negócio de GT, de consultar o fórum, eu quero saber o seguinte: É isso que a gente vai perguntar quando estiver analisando? O Conselho dos Direitos da Criança foi consultado? O Comas foi consultado? Porque a Lei Federal, no artigo 88.2, diz: que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança é órgão deliberador e controlador de políticas públicas.

Existe um procedimento no CMDCA em que essa reorganização foi tida? O que eu digo dessa reorganização? Falou aqui que o serviço existe há 30 anos. Sabe há quantos anos existe o Tabernáculo Casa de David, Casa Betinho, Ninho de Paz e outras 16 entidades que hoje elas não têm um amparo legal e funcionam como Cruz Verde? São 16 na cidade de São Paulo que abrigam mais ou menos mil pessoas e que a Human Rights Watch fez o relatório, um sistema de defesa internacional, que somou com a nossa avaliação e o relatório foi chamado assim: *“Ficam até morrer.”*

Tabernáculo, a Casa de David, 2005, intervenção do Governo Estadual por 14 anos. Dois anos os interventores tinham pedido o levantamento da interdição. Demorou dois anos para Procuradoria Geral de o Estado dar o aval. Quando eles estavam dando, a Casa só tinha mais seis meses de verba e ficou bloqueada durante dois anos enquanto a Procuradoria Geral do Estado não dizia se iria acabar com a intervenção ou não. Acabaria a verba e eles iriam entrar em colapso em maio de 2007, que era um período eleitoral, ou seja, aquilo iria virar caixotinho de palanque. E as 300 almas lá dentro das quais só 27 tinham menos de 18 anos? Porém as outras 220 tinham entrado lá com menos de 18 anos. Sabem como é que chama

esse relatório da Human Rights Watch? “*Ficam até morrer*”.

Sabe o que devia estar recebendo agora fruto desse inquérito? Crianças que estão saindo daqui da cidade de São Paulo pagando a conta e voltando para sua cidade de origem e voltando por que o plano de saúde da família está pagando o *home care*.

Tem uma ação civil que discute o Poder Público - Estado e Município - disponibilizar leito de retaguarda ou *home care* e todo mundo está trabalhando. Qual é a perspectiva – assim como aconteceu no idoso? Alguns serviços e entidades, especialmente nessa reengenharia provocada pela emenda 95 que tem a característica híbrida, eles não podem perder a sua característica final que é, especialmente aqui, o vínculo, o reforço do vínculo e esse aspecto social da criança, mas que também tem um aspecto de profissionalização e de empreendedorismo. O exemplo que o próprio Vereador deu aqui da cunhada dele que tem um salão de cabeleireira.

Quem é que paga a conta? Porque a Administração Pública é assim: onde é que está a chamada rubrica? De onde vai sair o dinheiro? Pois é. Essas entidades também não têm fonte de financiamento por que elas têm registro no CMDCA só que os convênios delas são com Saúde. Só que se ela fosse cadastrar com equipamento de Saúde, tem que fechar a porta porque ela não consegue fazer frente. A cada governo os dirigentes dessas entidades perdem o sono. A cada mudança de juiz e promotor fica todo mundo instável. Precisa ter uma lei.

Então, essa questão foi para o patrimônio, esses ofícios e a gente está de plantão, já está com tudo pronto. Eu fiquei cinco anos em uma faculdade e estou formado há mais de 30, sou promotor há 30. Fazer uma petição inicial e distribuir é muito mais tranquilo e menos desgastante emocionalmente do que estar aqui, só que não resolve. O que resolve é estar aqui. O que resolve é acionar os conselhos. Porque GT, chamar o fórum..., com a devida vênia, tem de ter o fórum do trabalhador, o fórum das mantenedoras, dos empregadores dos trabalhadores e o fórum dos usuários. Onde é que está todo mundo junto e misturado? Comas e CMDCA.

O Comas está aqui e tem um problema sério de funcionamento por falta de recurso.

Então, porque não tem uma resolução conjunta Comas e CMDCA? Eu vou cobrar isso. Se a gente for discutir juízo com pedido de liminar, não sei se vão dar ou se der, não sei se o tribunal vai segurar porque a nossa prática tem sido, infelizmente, muitas vezes, de cada cinco levamos uma. É quando leva tem de esperar decisão do Supremo. Ação não é o melhor negócio. A gente se pauta pela Resolução 54, do CNMP, que diz de uma atuação resolutiva, o que resolve é essa conversa, mas resolve chamando os conselhos para essa conversa. Não dá para fazer o que foi dito aqui de lançar a política e depois chamar para conversar.

É como caminhão de melancia. Você joga todas as melancias em cima, vai brecando para elas se ajustarem. É gente, não é melancia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada.

Por mais que o Alan tenha pedido a relação de encaminhamento. O que eu acho? O encaminhamento definitivo dessa reunião é o diálogo com o Prefeito. Porque daqui não ficou claro de onde vai sair o orçamento, de onde vai de fato acontecer para que os serviços continuem funcionando no próximo semestre? GT, estudo, isso tudo já está acontecendo, claro, há um bom tempo, não, mas os conselhos, seja o Comas, CMDCA, os fóruns, quais são as atuações? Eles não foram ainda dialogados. Então eu acho...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDUARDO DIAS - O meu encaminhamento do que ouvi aqui hoje vai ser se eu não desencarnar de hoje para amanhã ir à promotoria e oficial todo mundo pedindo os cronogramas de inscrição, quando abre as coisas para dar e se for o caso, ajuizar uma ação para garantir que tudo isso funcione. Pelo menos pedir em juízo se não tiver até lá uma decisão política-administrativo, que é a mais saudável. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Alan, você tem um minuto.

O SR. ALAN – Quero reforçar a fala do Padre Jaime e dizer que realmente o governo só vai funcionar na pressão. Então, minha proposta de encaminhamento e eu apelo aqui ao Vereador Alfredinho, que é líder da oposição na Casa, não porque essa questão seja

partidária, a questão é da defesa da política de assistência.

Então, a minha proposta é que a gente ocupe esta Casa, faça um mutirão em toda a sessão plenária revezando Cedesp, CCA, mobilizando todos os equipamentos da assistência e se precisar, a gente para esta Casa e nada vai andar enquanto a Assistência Social não for respeitada, enquanto criança e adolescente não for prioridade absoluta. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Esse encaminhamento do Alan é o encaminhamento que inclusive o Padre Rosalvino veio dizer aqui: “Nós não aceitamos a passagem dos Cedesp para a Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho”. Não aceitamos. (Palmas)

Secretários, respeito demais e obrigada por vocês estarem aqui desde as 14h30 até às 18h10 ouvindo, sensibilizando, mas o final desse produto, Cícero, é o que a gente já tinha falado desde o início.

Gostaria mesmo de fazer o fechamento desse encaminhamento e o fechamento da audiência, mas vamos lá um minuto.

O SR. UBIRATAN – Obrigado Juliana. Falou aqui o secretário, por favor, atenção, é só para sensibilizar e deixar vocês de coração tranquilo. Quero que vocês respeitem o Dr. Eduardo, que é um colega, eu sou formado em direito e fiz cinco anos de faculdade, como ele mencionou. Ele é um homem do Ministério Público e tem fé pública. Então, acreditem no que ele disse. O secretário disse dois verbos que vocês não prestaram atenção, ele disse que o Cedesp não vai acabar e nem sucatear. Então, quer dizer, ficou bem claro que vai ter verba. Então, vamos ficar tranquilo e confiar no secretário.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Por favor, gente. Ubiratan, só finaliza, por favor.

O SR. UBIRATAN – Estou tentando finalizar.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Eu não queria cortar sua fala, mas eu estou entendendo. Posso só resumir? Desculpa.

O SR. UBIRATAN – Resume, então.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – No entendimento dele, a fala do secretário não é para uma ação efetiva de corte de serviço. É isso que o Ubiratan entendeu da audiência. Nós, tanto eu quanto o Alfredo e os demais, que não está claro de onde que vai sair o orçamento para o próximo semestre e por isso o encaminhamento da reunião com o Prefeito.

Finalizo a audiência pública e tenham todos boa tarde.

Muito obrigada.
